



PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR

CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

Redenção (CE), Abril de 2017.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA

Mendonça Filho
Ministro da Educação

Anastácio de Queiroz Sousa
Reitor

Lorita Pagliuca
Vice-Reitor

Andréa Gomes Linard
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Maurílio Machado
Diretor do Instituto de Humanidades e Letras

Lailson Ferreira da Silva
Coordenador do Curso de Bacharelado em Antropologia

Carla Susana Alem Abrantes
Carlos Subuhana
Caroline Farias Leal Mendonça
Jacqueline Britto Pólvora
Lailson Ferreira da Silva
Luís Tomás Domingos
Marina Pereira de Almeida Mello
Michelle Cirne Ilges
Vera Regina Rodrigues da Silva
Violeta Maria de Siqueira Holanda
Comissão de Elaboração do Projeto Político Pedagógico

Vera Regina Rodrigues da Silva
Carla Susana Alem Abrantes
Jacqueline Brito Pólvora
Lailson Ferreira da Silva
Marina Pereira de Almeida Mello
Violeta Maria Siqueira de Holanda
Núcleo Docente Estruturante

Identificação do Curso

Denominação do Curso:

Bacharelado em Antropologia

Duração do Curso:

Mínima: 3 anos

Máxima: 4 anos e meio

Regime Letivo:

Seriado Semestral

Turnos de Oferta:

Noturno

Vagas Autorizadas:

80 vagas anuais

Carga horária:

2.400 horas

Título Acadêmico:

Bacharel em Antropologia

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	6
2. Justificativa	8
3. Contextualização da Instituição de Ensino Superior	9
3.1 Contexto Regional	10
4. Objetivos Gerais e Específicos	12
4.1 Objetivos Gerais.....	12
4.2 Objetivos Específicos.....	12
5. Perfil do profissional: competências e habilidades	13
6. Formas de Ingresso	14
7. Estrutura curricular	14
7.1. Critérios para o estabelecimento das disciplinas	16
7.1.1. Disciplinas obrigatórias	18
7.2 Conteúdos curriculares	19
7.2.1 Fluxo de Integração Curricular.....	20
7.2.2 Ementas e Bibliografias das Disciplinas.....	25
8. Integralização Curricular	60
9. Atividades Complementares	61
10. Atividades de Extensão.....	64
11. Metodologia de Ensino e Aprendizagem.....	64
12. Avaliação	64
12.1 Auto avaliação do Curso	64
12.2 Da Aprendizagem	65
12.3 Do Currículo	65
12.3.1 Da metodologia de avaliação do currículo	66
13. Apoio ao Discente.....	66
14. Colegiado do Curso de Antropologia	70
14.1 Do Conceito do Colegiado de Curso	70
14.2 Da composição de Colegiado de Curso	70
14.3 Das atribuições do Colegiado de Curso	71
15. Núcleo Docente Estruturante	72

15.1 Descrição Conceitual e Atribuições.....	72
15.2 Da Constituição do Núcleo Docente Estruturante	72
15.3 Da Titulação e Formação dos Docentes do NDE.....	73
15.4 Do Regime e Trabalho dos Docentes do NDE	73
15.5 Da Indicação e Mandato	73
15.6 Das Reuniões	73
16. Coordenação do Curso de Antropologia.....	73
17. Infraestrutura.....	75
18. Acessibilidade	75
19. Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.....	76
20. Referências Bibliográficas	84
21. Referências Normativas	84

1. Apresentação

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira se insere em um contexto dinâmico marcado pela cooperação com países parceiros do continente africano e asiático. Essa configuração não só é representativa dos laços históricos partilhados, mas também e, principalmente, da perspectiva de um porvir que está se construindo nesse processo de integração e cooperação. Ao considerarmos este um processo de mão dupla, ou seja, em que o conhecimento gerado é marcado pelo diferencial que lhe confere as diretrizes da UNILAB, potencializará novos horizontes epistemológicos e a formação de quadros de professores/as e pesquisadores/as comprometidos com a realidade social que os cerca.

Nesse sentido, nos aliamos à perspectiva de Roberto Cardoso de Oliveira para quem o trabalho do antropólogo pode se dar em uma “fusão de horizontes” em que o outro lado da moeda do fazer antropológico é a cidadania. Essa cidadania resignifica a antropologia que outrora inserida nos processos de colonização, pode agora assumir uma nova demarcação teórica e metodológica dos sujeitos e contextos historicamente colonizados. Isso se traduz no lugar da antropologia hoje engajada em processos de, por exemplo, fortalecimento de identidades e diversidades, em contraposição aos aspectos fundantes da antropologia colonial. Esses são os caminhos já abertos por uma reflexão proveniente dos estudos pós-coloniais e da diáspora e de uma revisão crítica do fazer antropológico herdado pelo modelo eurocêntrico.

O Bacharel em antropologia da UNILAB será, assim, um sujeito formado em novos paradigmas de convivência e produção de conhecimento em que são valorizadas as experiências advindas dos diferentes contextos, de tecnologias sociais, locais, em diálogo com reflexões e ações críticas provenientes do diálogo sul-sul de uma universidade internacional, além fronteiras. Esse diálogo abrange temáticas como meio ambiente, desenvolvimento humano, economia solidária, saúde coletiva, identificação e fortalecimento das tradições, do patrimônio cultural, material e imaterial e saberes tradicionais. Nessa dinâmica se insere a antropologia nas diferentes esferas: regional (Maciço de Baturité) e internacional, a partir da parceria com Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

Diante deste cenário, portanto o bacharelado em Antropologia tem como eixos:

- Uma formação crítica e transformadora que se apresente para os estudantes a partir dos debates clássicos e contemporâneos, bem como do método de pesquisa etnográfica que permita ao aluno pensar e atuar criticamente na realidade social em que se insere.
- Uma formação teórica que trate da realidade brasileira, africana, timorenses e da diáspora em geral, a partir das perspectivas afrocêntricas, pós-coloniais e plurais, que enfatizem os saberes locais, e os ditos subalternos e periféricos.

Nesse contexto, o curso de Bacharelado em Humanidades aprovado pela Resolução N° 026-I/2013 de 21 de Novembro de 2013 da UNILAB, também possui a particularidade de ter sua gênese no Curso de Bacharelado em Humanidades da UNILAB como terminalidade constitutiva do segundo ciclo de formação profissional nos moldes estabelecidos pela Portaria n° 383 SESU/MEC.:

Nesta conceptualização, o primeiro ciclo ou Bacharelado Interdisciplinar é o espaço de formação universitária onde um conjunto importante de competências, habilidades e atitudes, transversais às competências técnicas, aliada a uma formação geral com fortes bases conceituais, éticas e culturais assumiriam a centralidade nas preocupações acadêmicas dos programas. Por seu turno, o segundo ciclo de estudos, de caráter opcional, estará dedicado à formação profissional em áreas específicas do conhecimento.

Partindo desse contexto, o curso de Bacharelado em Antropologia cumprirá seu papel de formação complementar em área específica, formando bacharéis em Antropologia comprometidos com a reflexão das culturas e diversidades tanto em contexto locais, regionais, nacionais e internacionais.

O curso será ofertado na modalidade presencial no turno noturno em regime letivo semestral. E, terá duração mínima de três anos e máxima de quatro anos e meio equivalentes respectivamente seis e nove semestres, com uma carga horária mínima composta de duas mil e quatrocentos horas para integralização conforme a PARECER CNE/CES N° 8/2007 e Resolução CNE/CES 02/2007; sendo que 420 (quatrocentos e vinte) horas são aproveitadas e/ou cursadas no Curso de Bacharelado em Humanidades distribuídas da seguinte maneira: 120 (cento e vinte) horas do Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB e 300 (trezentos) horas do Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (BHU).

Anualmente, serão ofertadas oitenta vagas e a forma de ingresso levará em consideração as normas institucionais internas para egressos de Cursos de Bacharelado em Humanidades UNILAB e graduados em Ciências Sociais, Ciências Humanas e áreas

afins de outras IES. No segundo caso, em conformidade com Edital publicado pela PROGRAD.

2. Justificativa

O curso de graduação em antropologia vem sendo uma realidade no cenário brasileiro desde os anos 1990, a partir das iniciativas da Associação Brasileira de Antropologia para a expansão do ensino em nível de graduação e pós-graduação e da reflexão quanto ao lugar da formação antropológica no âmbito das ciências sociais e de sua inserção profissional (Tavares *et al*, 2010). O primeiro curso de graduação foi implantado em 2005, na Universidade Católica de Goiás (UCG), no *Campus* Benjamin Constant. A partir de então, outros cursos foram criados: na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), no *Campus* Rio Tinto, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal Fluminense (UFF) e Universidade Federal de Santa Catarina. Até então, a formação do antropólogo era realizada em nível de mestrado e doutorado, no interior de dezessete programas de pós-graduação em todo o país, sendo cinco no Nordeste (UFBA, UFRN, UFPE, FUFSE e FUFPI), 1 no Norte (UFAM), 2 no Centro Oeste (UnB e UFG), 3 no Sul (UFSC, UFRGS e UFPR) e 6 no Sudeste (UFMG, UFF, UFRJ, UFSCAR, UNICAMP, USP). No entanto, é na graduação que se estabelecem os fundamentos teóricos e metodológicos do futuro profissional. Por essa razão, temos entre nossas metas estabelecer iniciativas de aprimoramento do curso. Por exemplo, viabilizar a tradução de textos antropológicos para a língua portuguesa tornando-os cada vez mais acessíveis ao corpo discente e fonte de contribuição teórica.

Essa proposta se coaduna com o contexto regional, se atentarmos para o fato de que o Ceará mantém uma tradição de estudos antropológicos desde o século XIX, pautado pelo diálogo com as outras áreas das ciências humanas como os estudos históricos, sociológicos e políticos promovidos por profissionais de diferentes áreas do conhecimento sensíveis às chamadas questões sociais. No entanto, tais questões são discutidas e transmitidas a partir de profissionais de formações variadas agrupados no campo das ciências sociais, tanto na Universidade Federal do Ceará (UFC) como na Universidade Estadual do Ceará (UECE) e na Universidade Regional do Cariri (URCA), inexistindo ainda uma formação propriamente antropológica tanto em nível de

graduação quanto de pós-graduação.

Para além de promover a expansão do ensino na região, a UNILAB se insere nesse processo de desenvolvimento da antropologia no Brasil a partir de uma formação conectada com a interiorização do ensino superior público, que expande a sua rede para fora dos grandes centros econômicos. Localizada na cidade de Redenção, interior do Estado, a UNILAB concentra seus esforços no sentido de melhorar as condições de vida da população do entorno, em especial do Maciço de Baturité. Por outro lado, o curso de Antropologia também considera o diálogo e cooperação internacional com os países de Língua Oficial Portuguesa, propondo-se a garantir aos alunos estrangeiros uma formação sólida em teoria antropológica para a formação dos futuros profissionais de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

3. Contextualização da Instituição de Ensino Superior

O Projeto de Lei Nº 3.891, que dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, foi encaminhado ao Congresso Nacional no dia 25 de julho de 2008, pelo então presidente da República Luís Inácio Lula da Silva. Após a aprovação da redação final do Projeto de Lei Nº3.891/08 pelo plenário da Câmara de Deputados, em maio de 2010, a matéria foi encaminhada ao Senado Federal, onde foi aprovada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores, no dia 07 de julho de 2010. No dia 20 de julho de 2010, no Palácio do Itamaraty, em Brasília, Luiz Inácio Lula da Silva sanciona a Lei Nº 12.289, que garante a criação da segunda universidade federal do estado do Ceará, a UNILAB.

De acordo com a legislação, a UNILAB tem como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UNILAB está vocacionado para a cooperação internacional solidária, principalmente, com países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), com ênfase nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) tais como Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau,

Moçambique, São Tomé e Príncipe, e o Timor Leste.

A UNILAB tem como missão institucional produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão em língua portuguesa – especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente – por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente, conforme as diretrizes gerais da UNILAB, de julho de 2010.

A UNILAB, atualmente, encontra-se dividida em seis institutos: Ciências Sociais Aplicadas; Formação docente; Humanidades e Letras; Saúde Coletiva; Engenharia e desenvolvimento Ambiental e Desenvolvimento Rural.

Nestes institutos são ofertados, atualmente, quinze cursos presenciais de graduação: Administração Pública, Agronomia, Bacharelado em Antropologia, Bacharelado em Humanidades, Ciências Biológicas (Licenciatura), Ciências da Natureza e Matemática, Enfermagem, Engenharia de Energias, Física (Licenciatura), Letras, Matemática (Licenciatura), História (Licenciatura), Pedagogia (Licenciatura), Química (Licenciatura) Sociologia (Licenciatura). Além do curso de Administração Pública na modalidade à distância.

No âmbito da Pós-Graduação são ofertados os seguintes cursos a nível stricto-sensu, mestrado: Mestrado Acadêmico em Antropologia, Mestrado Acadêmico em Enfermagem, Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis e Mestrado Interdisciplinar em Humanidades.

O presente documento, nesse sentido, atende à Resolução CNE/CES de 17 de março de 2002, que “estabelece diretrizes Curriculares para os cursos de Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia”, publicada no Diário Oficial da União de 09 de Abril de 2002, Seção 1, p. 34. O curso de Antropologia segue o princípio de uma antropologia que enfatiza os estudos africanos e de sua diáspora como plataforma de conhecimento descentralizadora das matrizes eurocêntricas. Desta forma, visa o deslocamento do conhecimento antropológico para as populações periféricas do mundo global (África e Ásia), ao mesmo tempo em que sublinha a relevância dos estudos sobre estas minorias negras e ameríndias em nível local.

3.1 Contexto Regional

As atividades administrativas e acadêmicas da UNILAB se concentram nos Estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção e Acarape, região do Maciço de Baturité. Na Bahia, a UNILAB está presente no município de São Francisco do Conde, região do Recôncavo Baiano.

A região do Maciço do Baturité está localizada no sertão central do estado, distante aproximadamente 60 km de Fortaleza. É formada pelos municípios de Palmácia, Pacoti, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção, Acarape, Ocara e Barreira. Possui uma área de 3.709 km². A população do Maciço do Baturité conta com 210.317 habitantes, sendo 94.974 pessoas (45,16%) na zona urbana e 115.343 pessoas (54,84%) na zona rural. (MDA/SDT/CONSAD,2010). Nesta região estão situados os povos indígenas Kanindé, Jenipapo Kanindé, Pitaguari e o quilombo Serra do Evaristo.

Segundo os indicadores sociais de referência da Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG, 2011), o desenvolvimento econômico e infraestrutura apresenta: baixo nível de escolaridade dos agricultores, deficiência na oferta de assistência técnica, reduzido apoio de políticas públicas para a comercialização, indefinição nas questões de regularização fundiária, carência de agroindústrias locais, reduzido apoio e capacitação aos empreendimentos familiares, condições precárias das estradas inter-regionais e vicinais que dificultam ou mesmo impedem o escoamento da produção, degradação ambiental, uso exagerado de agrotóxicos, provocando poluição dos rios, lagoas, degradação do solo, problemas de saúde nos agricultores e consumidores, baixo aproveitamento do potencial da cana-de-açúcar, mamona, gergelim, pinhão manso, carência de mão de obra especializada (hotelaria, gastronomia, ecoturismo, turismo rural, cultural e religioso).

No que se refere ao desenvolvimento social, os dados apontam: existência de graves carências quanto à oferta dos serviços de saúde na região, atendimento da demanda reprimida para a assistência hospitalar e ambulatorial, falta de assistência psicossocial para a faixa etária infanto-juvenil, insuficiência na oferta de medicamentos alopáticos e fitoterápicos, ausência de laboratórios de análises clínicas para realização de biópsia, carência de qualificação profissional na área de educação e demais áreas, evasão escolar e baixo índice de aprovação, fragilidade dos sistemas de garantia do

direito da criança e do adolescente, migração da juventude para os grandes centros urbanos, pela falta de oportunidade nas áreas de profissionalização e geração de renda, sistema de saneamento básico deficitário, falta de sensibilização e conscientização da população de como lidar com a produção e destino do lixo (SEPLAG, 2011: 46-47).

O Maciço do Baturité é carente de instituições científico-acadêmicas e da presença do Governo federal, sendo também ausente na região a oferta de formação em nível de pós-graduação. Diante deste cenário a universidade pode vir a contribuir para atualizar e dinamizar o plano de desenvolvimento da região, com repercussão no seu entorno e em articulação com o Governo do Estado do Ceará - por meio da Secretaria das Cidades e do Planejamento e Gestão, da Agência de Desenvolvimento do Estado Ceará (ADECE) e de Secretarias setoriais, assim como de prefeituras municipais por meio de seus titulares e da Associação dos Municípios do Maciço do Baturité, com suporte do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

4. Objetivos Gerais e Específicos

O Curso de Bacharelado em Antropologia objetiva formar quadros profissionais habilitados ao exercício da docência e pesquisa dentro dos parâmetros científicos e éticos do campo antropológico. Em consonância com essa perspectiva, nosso curso fomentará uma produção de conhecimento alicerçada na pluralidade de saberes advindos de sujeitos oriundos do contexto nacional e internacional.

4.1 Objetivos Gerais

- Oferecer um curso de graduação em Antropologia que forme profissionais críticos, competentes na tradição teórico-metodológica antropológica;
- Oferecer uma formação sensível as realidades dos países africanos de língua oficial portuguesa, Ásia (Timor Leste) e Brasil (Maciço de Baturité);
- Formar pesquisadores que respondam às demandas de cunho antropológico e sociais nos diferentes contextos.

4.2 Objetivos Específicos

- Formar bacharéis em Antropologia capazes de planejar e desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- Formar bacharéis capazes de refletir criticamente problemas sociais das diferentes realidades apresentadas e participar das políticas públicas;
- Contribuir na formação de bacharéis em Antropologia com perspectiva interdisciplinar.

5. Perfil do profissional: competências e habilidades

O antropólogo é o profissional habilitado a trabalhar nas várias instituições públicas ou privadas, cuja função exija conhecimentos teóricos e metodológicos específicos da antropologia. Estes conhecimentos dizem respeito à compreensão da diversidade cultural dos grupos humanos a partir de suas manifestações locais. Assim, o Bacharel em Antropologia é o profissional cujas habilidades são a investigação das realidades sociais, planejamento, condução e avaliação de políticas públicas e projetos que digam respeito ao respeito e preservação das diversidades culturais.

Desta forma, delineia-se o perfil do egresso do bacharel em antropologia enquanto profissional cujas habilidades são:

- compreender teoricamente a diversidade das sociedades humanas manifesta em nível local;
- planejar, conduzir, realizar e avaliar pesquisas que digam respeito às políticas públicas de preservação e garantia de direitos da diversidade dos grupos sociais;
- subsidiar organizações públicas e privadas através de laudos, diagnósticos, relatórios e outros documentos que respondam a demandas de grupos sociais;
- atuar em instituições públicas e privadas, como museus, institutos de pesquisa e similares, que atuem na criação e preservação de acervos vinculados à memória e produção cultural de grupos sociais;
- ingressar na Pós-Graduação, a partir da qualificação obtida no Bacharelado, e com isso, aprimorar e enriquecer a produção teórica da antropologia e das Ciências Sociais e Humanas brasileiras e africanas.

O profissional da Antropologia egresso do curso, terá competências e habilidades para atuar em instituições de ensino, de pesquisa (institutos, ONGs), em órgãos públicos, bem como em instituições de assessoria e consultoria a órgãos de gestão e promoção de políticas públicas como consta no Parecer CNE/CES 492/2001 e RESOLUÇÃO CNE/CES 17, DE 13 DE MARÇO DE 2002.

Além disso, terá como competências o domínio teórico e metodológico para colaborar na formulação de laudos antropológicos e ou sócio ambientais, quando solicitados. Poderá atuar no setor público e/ou privado, sempre que as demandas forem de cunho antropológico ou com interesses relativos à vasta área de atuação da antropologia (cultura, identidade, memória, povos tradicionais, patrimônio, meio ambiente, dentre outras).

6. Formas de Ingresso

O curso de Graduação em Antropologia (Bacharelado) está previsto para iniciar em agosto de 2014 tendo como público alvo, inicialmente, estudantes egressos do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades que optarem pela terminalidade nesta área. São oferecidas oitenta (80) vagas anuais no turno noturno. É um curso de regime acadêmico semestral, de acordo com as diretrizes da UNILAB, totalizando 2400 horas (Resolução CES nº 2, 18 junho de 2007). A duração prevista para a integralização curricular é de sete (06) períodos letivos (3 anos), e duração máxima de nove (09) períodos letivos (4 anos e meio). Enquanto egressos do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, os estudantes brasileiros terão ingressado por seleção anterior realizada através do SISU e do ENEM, conforme determinado pela Resolução 22/2011 do CONSUNI da UNILAB. Os estudantes estrangeiros terão ingressado através do Processo Seletivo de Estudantes Estrangeiros (PSEE), seguindo as mesmas regras para ingresso em todos os cursos da UNILAB. Após a conclusão do Bacharelado em Humanidades, o aluno brasileiro e/ou estrangeiro que solicitar o ingresso no Bacharelado em Antropologia concorrerá à vaga segundo o Índice de Desempenho do Estudante (IDE) em ordem decrescente e respeitando-se o número de vagas existentes. Poderão também concorrer à vaga os estudantes graduados em Ciências Sociais e/ou Ciências Humanas egressos de outras instituições, desde que submetidos aos mesmos critérios estabelecidos para os estudantes do BHU. O ingresso se dará bianualmente e será regulado por Edital específico lançado pela PROGRAD.

7. Estrutura curricular

Na perspectiva da cooperação solidária e no dimensionamento das ações acadêmico-administrativas estabelecidas nas diretrizes da UNILAB, o curso adota os

paradigmas da contemporaneidade para a formação do bacharelado em Antropologia, buscando promover o intercâmbio cultural, científico e educacional em sintonia com as demandas do Brasil e dos países envolvidos no projeto da universidade.

O curso ainda considera os principais elementos que compõe a formação em nível superior no século XXI, respaldados pelos programas e documentos educacionais estabelecidos pela comunidade internacional em diversas conferências, tais como: Programa “Educação para Todos” definido na Conferência Mundial de Educação para Todos - Jomtiem, Tailândia, 1990; Objetivos de “Desenvolvimento do Milênio” definido durante reunião da Cúpula do Milênio, promovida pela ONU em Nova York, no ano 2000; Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, da União Africana; Plano de Ação da Segunda Década de Educação em África (2006-2015), adotado pelos Ministros da Educação da União Africana, em Maputo, em 2006; Declaração de Abuja, adotada na Primeira Cúpula América do Sul-África (ASA) realizada na Nigéria, em 2006; Conferência Regional de Educação Superior (CRES, 2008) – realizada pela UNESCO em Cartagena de Índias; Conferência Africana sobre Educação Superior (CAES, 2008) – realizada pela UNESCO em Dakar, 2008; Conferência Mundial de Educação Superior (CMES, 2009), realizada pela UNESCO em Paris, 2009.

Este conjunto de eventos não só estabelece diretrizes internacionais e responsabilidades dos demais países para com a África, como também destaca a importância da educação superior na promoção do desenvolvimento econômico e social, a promoção da pesquisa em todos os campos, em particular nos domínios da ciência, da tecnologia e da inovação.

Este projeto pedagógico do Curso de Graduação em Antropologia apresenta como um dos principais objetivos o de oferecer um ensino de antropologia pautado por uma formação sólida em conhecimentos dessa área particular das ciências sociais e humanas acrescido das especificidades de uma instituição como a UNILAB. Nesse sentido, e a partir das discussões dos docentes que constituíram a Comissão para elaboração do PPC em Antropologia, Portaria GR nº 416/2013 de 29 de julho de 2013, construiu-se um modelo de curso tendo como base em um dos eixos a literatura clássica pautada na história da antropologia de diferentes contextos nacionais, em especial, as produções etnográficas sobre e a partir do Brasil e dos países do continente africano – sendo estas regiões fontes primordiais de muitos e variados estudos antropológicos. Nesse eixo encontram-se as seguintes disciplinas: Teoria Antropológica I, Teoria

Antropológica II e Teoria Antropológica III; Metodologia de Pesquisa Antropológica; TCC I e TCC II.

Integrando a formação antropológica clássica apresenta-se um segundo eixo que contempla o conhecimento sobre a África e a diáspora a partir de teorias que discutem a formação do pensamento negro e africano, pós-colonial e plural, composto pelas disciplinas: Teoria da Diáspora e Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais.

Como formação curricular complementar, o Bacharelado em Antropologia também oferece disciplinas complementares a estes dois eixos, as quais articulam a formação teórica e as realidades sociais, distribuídos nas disciplinas: Estudos de África Pré-Colonial; Estudos de África Colonial; Estudo de África Pós-Colonial; Patrimônio Cultural; Antropologia das Populações Afro-Brasileiras; Antropologia das Populações Indígenas; Antropologia das Populações Tradicionais e Ecologia Política; Antropologia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos; Política, Poder, Estados Nacionais e Transnacionais; Gênero, Família e Sexualidades.

Finalmente, para além das disciplinas obrigatórias e obrigatórias complementares, o Bacharelado em Antropologia oferece um terceiro conjunto de disciplinas de formação livre, composto de optativas e eletivas, à escolha do/as discentes. As disciplinas optativas são aquelas oferecidas em caráter pontual pelo corpo docente do Bacharelado em Antropologia, que oferecerá questões e temáticas marcadas pelo contexto social, cultural e político do presente. Nelas se agrupam conhecimentos aglutinadores das problemáticas sociais contemporâneas.

As disciplinas eletivas são aquelas que o corpo discente poderá eleger em outras áreas do Instituto de Humanidades e Letras - IHL (Sociologia, História, Pedagogia, Letras), ou em outros cursos oferecidos na UNILAB, visando aprofundar uma área de conhecimento de preferência do/a estudante.

As demais atividades, complementares e de extensão, propostas como carga horária têm como objetivo responder às expectativas da comunidade acadêmica da UNILAB no que tange à multiplicidade de saberes, a uma formação interdisciplinar e à indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no processo formativo dos docentes, tal qual previsto na Resolução 024/2011 da UNILAB.

7.1. Critérios para o estabelecimento das disciplinas

O bacharelado em Antropologia da UNILAB constitui uma segunda etapa de formação ao Bacharelado em Humanidades complementando esse primeiro ciclo e

oferecendo um aprofundamento na área específica da Antropologia. Desta forma, os critérios para o estabelecimento das disciplinas deste Bacharelado são definidos a partir da formação anterior do corpo discente no BHU e, portanto, acrescentam aos eixos formativos específicos da disciplina antropológica e dos estudos afrocêntricos, pós-coloniais e plurais.

A ênfase curricular em disciplinas antropológicas voltadas ao pensamento antropológico afrocêntrico, pós-colonial e plural obedece ao perfil institucional onde está sendo ministrado. O Bacharelado em Antropologia da UNILAB é o primeiro do Ceará e, portanto, responde à dupla responsabilidade social de expor ao debate tanto a multiculturalidade presente no fluxo de imigrantes oriundos do continente africano, quanto à História do Estado, marcada pela invisibilidade da presença negra. Neste sentido, o debate intelectual do ponto de vista afrocêntrico e da diáspora é entendido aqui enquanto uma realidade múltipla de situações sociais, culturais e políticas enfrentadas pela população africana e afrodescendente pelo mundo, portanto, é um pensamento que surge inspirado em vários lugares e atinge muitas direções. É esta a pluralidade de identidades afrodescendentes presentes pelo mundo, e no Ceará em particular, que a ênfase das teorias diaspóricas deste Bacharelado quer abarcar.

Neste mesmo sentido, a UNILAB “é vocacionada para a cooperação internacional e compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades, fundamentando suas ações no intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos”. Sendo assim, o estudo dos pensamentos afrocêntricos, diaspóricos, pós coloniais e plurais responde à vocação da universidade, acima citada. Também, é dado que os estudantes da UNILAB – e do Bacharelado em Humanidades em especial são oriundos do continente africano. Assim, a ênfase curricular do Bacharelado em Antropologia responde à necessidade de ler, conhecer, discutir e analisar os autores que pensaram e pensam as realidades sociais a partir destes paradigmas. Tais teorias incorporam além dos pensamentos afrocêntricos e diaspóricos, estudos que procurem refletir sobre a condição pós-colonial como um recurso crítico para pensar a estrutura epistemológica das ciências humanas, estrutura essa moldada por padrões ocidentais que se tornaram globalmente hegemônicos devido ao fato histórico do colonialismo.

Nesse sentido, propõe-se o compartilhamento de conhecimentos que incorporem essa herança crítica sob a forma de uma prática interdisciplinar, aberta ao

diálogo com a filosofia, história, estudos literários, sociologia e ciência política. Assim, serão agregadas propostas teóricas de africanistas antropólogos, cientistas sociais e das humanidades não-africanos e no contexto da colonização, mas que influenciaram o pensamento sobre África, portanto, influenciaram os pensamentos sobre a diáspora. Finalmente, o estudo destes autores pretende oferecer outra versão para a tradição eurocêntrica da antropologia, inclusive para a leitura da realidade dos países africanos tradicionalmente lidos e teorizados a partir destes estudos.

7.1.1. Disciplinas obrigatórias

São aquelas que concernem aos conteúdos básicos de caráter teórico, metodológico ou etnográfico e que definem a formação do antropólogo dentro de uma perspectiva da história da antropologia no Brasil. Para além destas, incluímos disciplinas no núcleo comum obrigatório da UNILAB e as voltadas para uma formação de conhecimento em humanidades; ofertadas pelo curso de Bacharelado em Humanidades (BHU) e aproveitadas e/ou cursadas pelos (as) discentes ao longo do curso para fins de integralização.

- aquelas que abordem problemas, temas e processos da perspectiva africana e diaspórica manifestando a diversidade de experiências humanas fundamentais para além dos cânones fundamentais eurocêntricos.
- aquelas que possibilitem a problematização, a desconstrução e a interpretação da história e dos modos de produção de saberes coloniais ou marcadas por relações de poder e desigualdade.
- aquelas que permitam ao aluno compreender e articular conhecimentos metodológicos.
- aquelas que promovam o desenvolvimento da autonomia intelectual, tais como o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Disciplinas do Núcleo comum obrigatória da UNILAB (03), equivalentes a 5% da carga horária da carga horária total: Inserção à Vida Universitária, Iniciação ao Pensamento Científico: problematizações e epistemologias e Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos.

Disciplinas do núcleo comum obrigatório de conhecimento em humanidades (BHU), correspondentes a 12,5% da carga horária total: Metodologia da

Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades, Experiência, Prática e Significado, Estudos das Performances Culturais, Identidade e Poder e Território e Poder.

Disciplinas obrigatórias (08) as que correspondem ao desenvolvimento teórico da Antropologia em sua base clássica, na experiência africana e diaspórica e nos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) perfazendo 20% da carga horária total. Concebe-se, assim: Teoria Antropológica I, Teoria Antropológica II e Teoria Antropológica III; Teorias da Diáspora Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais, Metodologia de Pesquisa Antropológica; e TCC I e TCC II.

Disciplinas complementares obrigatórias (10) aquelas que expressam as ênfases temáticas e as perspectivas teóricas consonantes com os eixos estruturantes do projeto pedagógico, que constituem 25% do total: Estudos de África Pré-Colonial; Estudos de África Colonial; Estudo de África Pós-Colonial; Patrimônio Cultural; Antropologia das Populações Afro-Brasileiras; Antropologia das Populações Indígenas; Antropologia das Populações Tradicionais e Ecologia Política; Antropologia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos; Política, Poder, Estados Nacionais e Transnacionais; Gênero, Famílias e Sexualidades.

Disciplinas optativas (02) que equivalentes a 5% do total da carga horária curricular são aquelas de caráter temático que permitem a apresentação e o aprofundamento de problemas antropológicos e temas à escolha do aluno.

Disciplinas eletivas (03) aquelas que os/as estudantes podem eleger em outras áreas do Instituto de Humanidades e Letras - IHL (Sociologia, História, Pedagogia, Letras), ou em outros cursos oferecidos na UNILAB, visando aprofundar uma área de conhecimento de preferência do/a estudante abrindo espaço para o diálogo interdisciplinar. Essas corresponderão a 7,5% do total de conteúdos apresentados na grade curricular.

7.2 Conteúdos curriculares

Os conteúdos curriculares estão distribuídos em:

- Núcleo Comum Obrigatório da UNILAB: 120 horas, 5% da carga horária.
- Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (BHU): 300 h/a, 12,5% da carga horária.
- Disciplinas obrigatórias: 08 disciplinas, 480 h/a (360 + 2TCC = 120 = 480)

360 + 120 = 480 total de obrigatórias, 20% da carga horária.

- Disciplinas obrigatórias complementares 10 disciplinas, 600h/a, 25% da carga horária.
- Disciplinas optativas: 02 disciplinas, 120 h/a, 5% da carga horária.
- Disciplinas eletivas: 03 disciplina, 180 h/a, 7,5% da carga horária.
- Atividades Complementares: 360 horas, 15% da carga horária.
- Atividades Obrigatórias de Extensão Universitária: 240 horas, 10% da carga horária.

7.2.1 Fluxo de Integração Curricular

O fluxo de Integração Curricular do Bacharelado em Antropologia é de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas-aula¹ distribuídas em Matriz Curricular Semestral, da seguinte maneira:

1º Semestre						
Código	Disciplina	CH		Código	Pré-Requisito	Unidade
		Teórica	Prática			
	Teoria Antropológica I	60	0		Não	IHL
	Teoria da Diáspora	60	0		Não	IHL
	Estudos de África Pré-Colonial	60	0		Não	IHL
	Antropologia das Populações Afro-Brasileiras	60	0		Não	IHL
	Patrimônio Cultural	40	20		Não	IHL
	Inserção a Vida Universitária	15	0		Não	IHL
	Introdução ao Pensamento Científico	45	0		Não	IHL
Carga Horária do Semestre						360 h/a
2º Semestre						
Código	Disciplina	CH		Código	Pré-Requisito	Unidade
		Teórica	Prática			
	Teoria Antropológica II	60	0		TAI	IHL
	Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais	60	0		Não	IHL
	Estudo de África Colonial	60	0		EA PC	IHL
	Antropologia das Populações Indígenas	60	0		EA PC I	IHL
	Antropologia das Populações Tradicionais e Ecologia Política	60	0		Não	IHL
	Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	60	0		Não	IHL

¹ Esta carga horária foi fixada de acordo com o que estabelece a *Resolução CNE/CES n.º. 2, DE 18/6/2007*, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e à duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, no Brasil.

	Carga Horária do Semestre				360 h/a	
3º Semestre						
Código	Disciplina	CH		Código	Pré-Requisito	Unidade
		Teórica	Prática			
	Teoria Antropológica III	60	0		TAII	IHL
	Gênero, Famílias e Sexualidades	60	0		Não	IHL
	Estudos de África Pós-Colonial	60	0		EA C	IHL
	Antropologia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos	60	0		Não	IHL
	Optativa I	60	0		Não	IHL
	Metodologia da Pesquisa Interdisciplina em Humanidades	60	0		Não	IHL
	Carga Horária do Semestre				360 h/a	
4º Semestre						
Código	Disciplina	CH		Código	Pré-Requisito	Unidade
		Teórica	Prática			
	Metodologia de Pesquisa Antropológica	60	0		TA III	IHL
	Política, Poder, Estados Nacionais e Transnacionais	60	0		Não	IHL
	Eletiva I	60	0		Não	IHL
	Eletiva II	60	0		Não	IHL
	Optativa II	60	0		Não	IHL
	Carga Horária do Semestre				300 h/a	
5º Semestre						
Código	Disciplina	CH		Código	Pré-Requisito	Unidade
		Teórica	Prática			
	TCC I	60	0		Met. de Pesquisa Antropológica	IHL
	Eletiva III	60	0		Não	IHL
	Experiência, Prática e Significado	60			Não	
	Estudos das Performances Culturais	60			Não	
	Identidade e Poder	60			Não	
	Carga Horária do Semestre				300 h/a	
6º Semestre						
Código	Disciplina	CH		Código	Pré-Requisito	Unidade
		Teórica	Prática			
	TCC II	60	0		TCC I	IHL
	Território e Poder	60	0			
	Atividades Obrigatórias de Extensão Universitária	240				
	Atividades Complementares	360				
	Carga Horária do Semestre				720 h/a	
TOTAL					2.400h/a	

Quadro: Integralização Curricular

Núcleo Comum Obrigatório da UNILAB (120 h/a)					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Inserção à Vida Universitária	15		Não	IHL
	Iniciação ao Pensamento Científico	45		Não	IHL
	Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	60		Não	IHL
Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (BHU) (300 h/a)					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades	60		Não	IHL
	Experiência, Prática e Significado	60		Não	IHL
	Estudos das Performances Culturais	60		Não	IHL
	Identidade e Poder	60		Não	IHL
	Território e Poder	60		Não	IHL
Núcleo Obrigatório da Antropologia (480 h/a)					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Teoria Antropológica I	60		Não	IHL
	Teoria Antropológica II	60		TA I	IHL
	Teoria Antropológica III	60		TA I	IHL
	Teoria da Diáspora	60		Não	IHL
	Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais	60		Não	IHL
	Metodologia de Pesquisa Antropológica	60		TA III	IHL
Núcleo Obrigatório Complementar da Antropologia (600 h/a)					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Estudos de África Pré-Colonial	60		Não	IHL
	Estudos de África Colonial	60		EA PC	IHL
	Estudos de África Pós-Colonial	60		EA C	IHL
	Patrimônio Cultural	60		Não	IHL
	Antropologia das Populações Afro-Brasileiras	60		Não	IHL
	Antropologia das Populações Tradicionais e Ecologia Política	60		Não	IHL
	Patrimônio Cultural	60		Não	IHL
	Antropologia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos	60		Não	IHL
	Política, Poder, Estados Nacionais e Transnacionais	60		Não	IHL
	Gênero, Famílias e	60		Não	IHL

	Sexualidades				
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC					
	TCC I	60		Met. de Pes. Antropológica	IHL
	TCC II	60		TCC I	IHL
Núcleo Optativo (120 h/a)					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
	Temáticas Antropológicas Contemporâneas	60		Não	IHL
	Antropologia e Fazeres Etnográficos	60		Não	IHL
	Antropologia, literatura e narrativas contra-hegemônicas	60		Não	IHL
	Antropologia da Educação	60		Não	IHL
	Antropologia Urbana	60		Não	IHL
	Intelectuais Negras nas Ciências Sociais	60		Não	IHL
	Antropologia Política	60		Não	IHL
	Teorias sobre o racismo e discursos anti-racistas	60		Não	IHL
	Estado, Empresas, Organismos Internacionais e Populações	60		Não	IHL
	Antropologias Emergentes	60		Não	IHL
Núcleo Eletivo (180 h/a)					
Código	Disciplina	CH	Código	Pré-Requisito	Unidade
		60			
		60			
		60			
Atividades Complementares (360 h/a)					CH
	Bloco I				120
	Bloco II				120
	Bloco III				120
Atividades Obrigatórias de Extensão Universitária (240 h/a)					CH
TOTAL					2.400h/a

Quadro: Resumo da Matriz Curricular

Resumo da Matriz Curricular	
Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB	120h/a
Núcleo Obrigatório de Conhecimento em Humanidades (cumprido ao longo do BHU)	300h/a
Disciplinas Núcleo Obrigatório da Antropologia	360h/a
Núcleo Obrigatório Complementar da Antropologia	600h/a
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso	120h/a
Núcleo Optativo	120h/a
Núcleo Eletivo	180h/a
Atividades Obrigatórias de Extensão Universitária	240h/a
Atividades Complementares	360h/a
Carga Horária Total	2400h/a

Quadro: FLUXOGRAMA (QUADRO ÚNICO)

1º ANO		2º ANO		3º ANO	
1º SEM	2º SEM	3º SEM	4º SEM	5º SEM	6º SEM
Teoria Antropológica I	Teoria Antropológica II	Teoria Antropológica III	Metodologia de Pesquisa Antropológica	TCC I	TCC II
Teoria da Diáspora	Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais	Gênero, Famílias e Sexualidades	Política, Poder, Estados Nacionais e Transnacionais	Eletiva III	Território e Poder
Estudos de África Pré-Colonial	Estudos de África Colonial	Estudos de África Pós-Colonial	Eletiva I	Experiência, Prática e Significado	
Antropologia das Populações Afro-Brasileiras	Antropologia das Populações Indígenas	Antropologia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos	Eletiva II	Estudos das Performances Culturais	
Patrimônio Cultural	Antropologia das Populações Tradicionais e Ecologia Política	Optativa I	Optativa II	Identidade e Poder	
Inserção à Vida Universitária	Sociedade, Diferença e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades			
Iniciação ao Pensamento Científico					

7.2.2. Ementas e Bibliografias das Disciplinas

1º Semestre

Teoria Antropológica I (60h/a)

Ementa: Manifestações teóricas na formação de conhecimento antropológico “clássico” - século XIX ao início do século XX: evolucionismo (Morgan, Tylor, Frazer), sociologia compreensiva (Simmel e Weber), americana (Boas e Rivers), escolas francesa (Durkheim, Mauss, e outros) e britânica (Malinowski, Radcliffe-Brown). Leituras de etnografias clássicas.

Bibliografia Básica:

Castro, C (org.) *Evolucionismo Cultural*. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. RJ. Zahar Editor, 2005.

DURKHEIM, Émile. Durkheim, E. *As formas elementares da vida religiosa*. SP: Martins Fontes, 2000.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: RJ; Vozes, 2013. (Coleção Antropologia)

Bibliografia Complementar:

BOAS, Franz. “As limitações do Método Comparativo da Antropologia” e “Os objetivos da pesquisa antropológica”. Em: Celso Castro (Org.) *Antropologia Cultural*. RJ: Jorge Zahar, 2004:25-40; 87-109.

DURKHEIM, Émile; MAUSS, Marcel. 1981 [1903]. “Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas”. In: MAUSS, Marcel. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva. (399 –455)

FRAZER, James. *O Ramo de Ouro*. RJ. Guanabara Koogan, 1982.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural (col. “Os Pensadores”), 1978.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva: a forma e razão da troca nas sociedades primitivas”. Em *Sociologia e Antropologia*. V. II. São Paulo: EPU/EDUSP, 1974:37-184.

Teoria da Diáspora (60 h/a)

Ementa: Estudo das teorias clássicas da diáspora africana. Estudo do pensamento sócio-antropológico negro em suas diferentes concepções e entendimento sobre a presença negra na diáspora. Compreensão dos contextos históricos que impulsionaram o surgimento do pensamento afrocêntrico na diáspora.

Bibliografia Básica:

- Du Bois, W. E. B. *As Almas da Gente Negra*. Rio de Janeiro, Lacerda Ed. 1999.
- GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. São Paulo, Editora 34, 2001.
- Hall, Stuart. *Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais* (parte 1). Belo Horizonte, Ed. UFMG; Brasília, UNESCO, 2003.

Bibliografia Complementar:

- Bastide, Roger. *As Religiões Africanas no Brasil. Contribuição a uma Sociologia das Interpenetrações de Civilizações*. São Paulo, Editora Pioneira, 1971.
- Fanon, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Salvador, EDUFBA, 2008.
- Lopes, Carlos. *Amílcar Cabral como promotor do Panafricanismo*. Praia, 2013.
- Disponível em:
http://www.uneca.org/sites/default/files/lopeswritings/pdfs/amilcar_cabral_como_promotor_do_pan-africanismo.pdf
- Nkruma, Kwame. *África deve Unirse*. Barcelona, Bella Terra, 2010.
- Wade, Peter. *Raza y Etnicidad en Latinoamerica. Ediciones Abyayala*. Ecuador, 1997.
- Disponível em:
<https://repository.unm.edu/bitstream/handle/1928/12617/Raza%20y%20etnicidad%20en%20latinoam%C3%A9rica.pdf?sequence=1>.

Estudos de África Pré-Colonial (60 h/a)

Ementa: Abordar as civilizações africanas pré-coloniais antes da influência estrangeira; Teorias, metodologias e fontes.

Bibliografia Básica:

- M'BOKOLO, Elikia. *África negra: história e civilizações*. Tome I (até o século XVIII). Salvador: EDUFBA; São Paulo: Casa das Áfricas, 2009.

KI-ZERBO, Joseph. Os métodos interdisciplinares utilizados nesta obra. In: _____ (Ed.). *História Geral da África*, I: Metodologia e pré-história da África. 2 ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 383-399.

MUDIMBE, Valentin Yves. *A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento*. Mangualde (Portugal), Luanda: Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

Bibliografia complementar:

CURTIN, Philip D. “Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral”. In: KI-ZERBO, Joseph. “Introdução geral”. In: IDEM (Ed.). *História Geral da África*, I: Metodologia e pré-história da África. 2 ed. Revisada. Brasília: UNESCO, 2010, pp. 37-58.

MAZRUI, A. Ali & AJAYI, J.F. Ade. “Tendências da filosofia e da ciência na África”. In: MAZRUI, Ali. A. (ed.). *História Geral da África*, Vol. VIII: África desde 1935. Brasília: UNESCO, 2010, p.761-815.

BÂ, Hampaté A. A tradição viva. In: *História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África*. Editado por Joseph Ki-Zerbo. 2ª ed. rev. - Brasília: UNESCO, 2010.

CHUKWUDI EZE, Emmanuel (ed.). *Pensamiento Africano: Ética y política*. Barcelona: Bellaterra, 1998.

DIOP, Cheik Anta. *Origem dos antigos egípcios*. In: UNESCO. *História Geral da África*, 2010. V. II. Cap. 1.

GRIAULE, Marcel. *Dios de Agua*. Barcelona: Alta Fulla, 2000.

Antropologia das Populações Afro-Brasileiras (60 h/a)

Ementa: Apresentar a constituição do campo formativo da temática no Brasil no século XX. Revisitar obras e conceitos fundantes do campo disciplinar do período em foco. Explicitar os debates teóricos e políticos pertinentes ao tema.

Bibliografia Básica:

PEIRANO, Mariza. *A Antropologia como Ciência Social no Brasil*. Lisboa, Etnográfica, Vol. IV (2), 2000, pp. 219-232. Disponível em: http://www.marizapeirano.com.br/artigos/antropologia_como_ciencia_social_no_brasil.htm

PEIRANO, Mariza. O mistério dos orixás e das bonecas: raça e gênero na antropologia

brasileira. *Etnográfica*, Lisboa - Portugal, v. IV, n. 2, p. 233-266, 2000.

Disponível em: http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_233-266.pdf

PINHO, Osmundo; SANSONE Livio (Orgs.) *Raça: novas perspectivas antropológicas*. 2ª edição, ABA/EDUFBA, Salvador, 2008.

Bibliografia Complementar:

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. Lugar de Negro. Coleção 2 pontos. Editora Marco Zero Ltda, Rio de Janeiro, 1982.

GUERREIRO Ramos. O Problema do negro na Sociologia Brasileira. Disponível em <https://archive.org/details/OProblemaDoNegroNaSociologiaBrasileira> LANDES, Ruth.

LANDES, Ruth. A Cidade das Mulheres. Rio de Janeiro, 2. Ed., Editora UFRJ, 2002.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, Identidade, Etnicidade e Cidadania. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>

LEITE, Ilka Boaventura. Diásporas africanas e direitos territoriais: as várias dimensões do quilombo no Brasil. Em: OLIVEIRA, Osvaldo Martins(Org). Direitos quilombolas e dever de Estado em 25 anos da Constituição Federal de 1988.Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2016.

Patrimônio Cultural (60 h/a)

Ementa: Patrimônio como campo social e categoria do pensamento. Políticas patrimoniais, *patrimonialização* da cultura. Papel da Antropologia e o lugar do Antropólogo. Inventário e Registro como instrumentos de “objetivação da cultura”. Estudos de caso nos países da integração (Angola, Cabo Verde, **Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste**) e/ou Brasil (Maciço de Baturité) - patrimônio e herança cultural.

Bibliografia Básica:

ABA. LIMA, Manuel Ferreira & ECKERT, Cornelia & BELTRÃO, Jane (Orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

ABA. TAMASO, Izabela & LIMA FILHO, Manuel Ferreira (orgs). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília: Associação Brasileira de

Antropologia, 2012.

GEERTZ, Clifford. *Os usos da diversidade*. In: _____. Nova luz sobre a antropologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Bibliografia Complementar:

ABREU, Regina. *Quando o campo é o patrimônio*. Em: Quando o campo é o arquivo: etnografias, histórias e outras memórias guardadas. Seminário promovido pelo CPDOC e LAH/IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro, 25 e 26/11/2004.

ARANTES, Antônio A. *O Patrimônio Imaterial e a Sustentabilidade de sua Salvaguarda*. Resgate: - Página 11 de 26 Revista Interdisciplinar de Cultura. Campinas-SP: UNICAMP, n° 13, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo. Trajetória da política federal de preservação no Brasil*. RJ: UFRJ, IPHAN, 2005.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos Objetos: coleções, museus e patrimônios*. RJ: Garamond, IPHAN, DEMU, 2007.

SILVA, Sérgio Baptista da & LUCAS, Maria Elizaeth. *Ensaio etnográfico na ilha de Santiago de Cabo Verde: processos identitários na contemporaneidade*. Praia-Santiago, Cabo Verde: ed. Uni-CV; Porto Alegre, RG, Brasil: ed. UFRGS, 2009.

Inserção à Vida Universitária (15h)

Ementa: A Unilab: criação, diretrizes, estrutura e funcionamento. O regime letivo e o regramento sobre avaliação e controle de frequência. Direitos e deveres do estudante de graduação. Elementos fundamentais do projeto pedagógico curricular do curso e seu fluxograma.

Bibliografia Básica:

UNILAB. *Resolução 27/2014*: normas gerais para regulamentar a avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação presencial da UNILAB.

UNILAB. Guia do Estudante de Graduação da UNILAB. Disponível em <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/06/GUIA-DO-ESTUDANTE-UNILAB.pdf>

UNILAB. Diretrizes Gerais, junho de 2010

UNILAB. PPC do Curso de Bacharelado em Humanidades

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei de Criação da UNILAB, nº 12.289, de 20 de julho de 2010.

UNILAB. Estatuto (DOCUMENTO EM FASE DE ELABORAÇÃO)

UNILAB. Regimento Geral (DOCUMENTO EM FASE DE ELABORAÇÃO)

Iniciação ao Pensamento Científico: Problematizações Epistemológicas (45h)

Ementa: A especificidade do conhecimento científico. Introdução ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência. Origens do conhecimento, epistemologia e paradigmas científicos. A barreira científica e a representação do outro. O silenciamento da história e do protagonismo do Outro: bárbaros, asiáticos, africanos, americanos. Subaltern Studies. Novas *episteme* da ciência: visibilidade, problematização e conceitualização em pesquisas interdisciplinares. Do lusotropicalismo à lusofonia.

Bibliografia Básica:

SAID, Edward. “A geografia imaginativa e suas representações: Orientalizando o oriental.” In: In: _____. **Orientalismo**. O oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. pp.85-113.

CHALMERS, A.F. “A ciência como conhecimento derivado dos fatos da experiência” (trad.): in **What is this thing called Science?** Cambridge, HPC, 1999.

KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo, Perspectiva, 2006.

LAKATOS, Imre. **História da Ciência e suas Reconstruções Racionais**. Lisboa, Edições 70, 1998.

PAPINO, David. “O que é a Filosofia da Ciência?” (trad.): in **Oxford Companion to Philosophy**. Oxford: OUP, 1995.

Bibliografia Complementar:

SANTOS, Boaventura. “Entre Próspero e Caliban”. In: _____. **A gramática do tempo para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2010. pp.227-249

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento. Fragmentos Filosóficos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2008.

BHABHA, Homi K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

PANIKKAR, K. M. **A dominação ocidental na Ásia: do século XV a nossos dias**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

2º Semestre

Teoria Antropológica II (60 h/a)

Ementa: Desdobramentos teóricos da antropologia na primeira metade do sec. XX: padrões de cultura e personalidade; conflito e mudança estrutural; estruturalismo. Estrutura e história. Leituras de etnografias de meados do séc. XX, que acompanharam os desdobramentos teóricos da disciplina.

Bibliografia Básica:

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer: uma descrição de modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 1993.

LEVI-STRAUSS, Claude. “Linguística e Antropologia”, “A eficácia simbólica” e “A noção de estrutura em etnologia” Em: Lévi-Strauss, C. *Antropologia Estrutural I*. RJ: Tempo Brasileiro, 1970: 85-100;215-236;313-360.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

Bibliografia complementar:

BENEDICT, Ruth. *Padrões de Cultura*. Lisboa: Livros do Brasil (col. “Vida e Cultura”, 58), s/d.

EVANS-PRITCHARD, Edward. 2004. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 243-255.

FELDMAN-BIANCO, Bela, org. *A antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, pp. 159-194.

LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

Estudos Pós-Coloniais e Decoloniais (60 h/a)

Modernidade e contra-modernidade. Do colonial ao pós-colonial: colonialismo, imperialismo e eurocentrismo. Fanon, Said, Homi Bhabha. Hibridismo e mimese. Diferença e identidade na perspectiva pós-colonial. Decolonialidade e descolonização.

Bibliografia Básica:

BHABHA, Homi.K. *O local da cultura*. Trad: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed.34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes/Centro de Estudos Afroasiáticos. 2001.

SPIVAK, Chakravorty. Gayatri. *Pode o subalterno falar?*. Trad: Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2010.

Bibliografia complementar:

FANON, Franz . *Os condenados da terra*. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2008.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*; v. 22, n. 3 (2014). Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>

MIGNOLO, Walter D. *Histórias Locais / Projetos Globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

SAID, Edward W. *Orientalismo: “o Oriente como invenção do Ocidente”*. Trad: Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

Estudos de África Colonial (60 h/a)

Ementa: Abordar os processos de ocupação e expansão europeia em contato com as sociedades africanas. Influências estrangeiras no continente. Temporalidades dos processos e estratégias de dominação. Resistências e política local, regional, transnacional.

Bibliografia Básica:

BALANDIER, Georges. “A Noção de Situação Colonial”. In: *Cadernos de Campo* nº 3 USP, São Paulo: 1993 [disponível online]

GLUCKMAN, Max. “Análise de uma situação social na Zululândia moderna” In: Bela Feldman-Bianco (org.). *Antropologia das sociedades contemporâneas - Métodos*. São

Paulo: Editora UNESP, 2010.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Trad. De José Laurêncio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Bibliografia complementar:

ABRANTES, Carla. “Repertórios do conhecimento em disputa: trabalhadores indígenas e agricultores no colonialismo português em Angola, 1950” *Anuário Antropológico*, Brasília, UnB, 2014, v. 39, n. 1: 195-218, 2013 [disponível online].

BASTOS, Cristiana. “Maria Índia, ou a fronteira da colonização: trabalho, migração e política no planalto sul de Angola”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 15, n. 31, p. 51-74, jan./jun. 2009 [disponível online]

CABAÇO, José Luis. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora Unesp/ANPOCS, 2009. [na biblioteca UNILAB. há versão da tese disponível on-line: CABAÇO, José Luis. Moçambique: identidades, colonialismo e libertação. Tese de Doutorado, Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, 2007]

CONCEIÇÃO NETO, Maria da. “Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX” *Lusotopie*, 1997, p. 327-359. [disponível online]

COOPER, Frederick. “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África” *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.21-73, jul. 2008 [disponível online]

Antropologia das Populações Indígenas (60 h/a)

Ementa: Estudo das teorias que marcaram o desenvolvimento do pensamento antropológico sobre a presença indígena na América Latina, a partir de abordagens que contemple as várias perspectivas da etnologia das populações indígenas. Enfoca os principais debates contemporâneos sobre a questão indígena no Brasil e região Nordeste em diálogo com outras áreas do conhecimento como a história, filosofia, bioética e o direito. Principais temas: desconstrução de estereótipos; pluralidade histórica; etnologia indígena; movimento indígena e indigenismo; direitos indígenas e Estados nacional e plurinacional.

Bibliografia Básica:

ALBERT, Bruce e RAMOS, Alcida Rita. *Pacificando o branco, cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto. *As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político*. MANA 12(1): 39-68, 2006.

OLIVEIRA FILHO, J. P (Org). *Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais*. Mana, vol.4 n.1 Rio de Janeiro Apr. 1998.

Bibliografia complementar:

GOMES, Alexandre Oliveira. *Aquilo é uma coisa de índio: objetos, memória e Etnicidade entre os Kanindé do Ceará*. (Dissertação de Mestrado) UFPE/Programa de Pós Graduação em Antropologia: Recife, 2012.

PINHEIRO, Joceny de Deus. *Identificação Indígena e Mestiçagem no Ceará*. Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 3, nº 2, p. 21 – 49. Jul./dez. 2011. MONTEIRO, Paula. *Deus na aldeia - missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006

SEGATO, Rita. *Que cada povo trame os fios da sua história: Em defesa de um Estado restituidor e garantista da deliberação no foro étnico*. Argüição lida na Audiência Pública realizada em 05/09/2007 pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados sobre o Projeto de Lei nº 1057 de 2007 do Deputado Henrique Afonso sobre a prática do infanticídio em áreas indígenas.

CARVALHO, Maria Rosário et al (Orgs.). *Negros no Mundo dos Índios - imagens, reflexos, alteridades*. 1ed.Natal: Editora da UFRN, 2011

RAMOS, Alcida Rita. *Indigenismo: um orientalismo americano*. Anuário Antropológico [Online], I | 2012, posto online no dia 01 Outubro 2013, consultado no dia 20 Novembro 2013. URL: <http://aa.revues.org/268>

Antropologia das Populações Tradicionais e Ecologia Política (60 h/a)

Ementa: Estudo das populações tradicionais e suas relações identitárias, territoriais, políticas, econômicas e epistêmicas com a Natureza, enfocando o fazer antropológico neste campo. Discutirá as teorias hegemônicas sobre desenvolvimento e meio ambiente e contrahegemônicas que problematizam as noções de desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e projetos de modernização, natureza versus cultura, a partir das perspectivas críticas da Colonialidade da Natureza, da Ecologia Política e do “Bem Viver”, esta última tradução das expressões Kechwa “*Sumak Kawsay*” e Aymara “*Suma Qamaña*”.

Bibliografia Básica:

- ALTIER, Joan Martínez. O ecologismo dos pobres. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

Bibliografia complementar:

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de (2009). Agroestratégias e Desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, Alfredo W. B. de; CARVALHO, Gustavo (Orgs.). *O Plano IIRSA na visão da Sociedade Civil Pan-Amazônica*. Belém: FASE: UFPA, 2009.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- DÁVALOS, Pablo. *Reflexiones sobre el Sumak Kawsay (El Buen Vivir) y las teorías del desarrollo*. 2008. Otro Desarrollo/Biblioteca virtual de documentos - CLAES - www.otrodesarrollo.com. Disponível em: <<http://red.pucp.edu.pe/ridei/wp-content/uploads/biblioteca/100602.pdf>>. Acessado em: abr. 2011.
- LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Série Antropologia**, 322. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle.pdf>.
- QUIJANO, Aníbal. “Bien Vivir”: Entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder. In: QUIJANO, Aníbal. *Cuestiones y Horizontes. De la Dependencia Histórico-Estructural a la Colonialidad/ Descolonialidad del Poder*. Buenos Aires: Clacso, 2014, pp.847-859.

Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (60h)

Ementa: Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos

Feministas e LGBTT. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura afro-brasileira.

Bibliografia básica:

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2011.

EDEM KODJO E DAVID CHANAIWA. Pan-africanismo e libertação(Cap.25). In: *História geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010.

KI-ZERBO, Joseph. et al. Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: *História geral da África, VIII: África desde 1935* / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010. Cap. 16.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 10ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

Bibliografia complementar:

CABRAL, Amílcar. O papel da cultura na luta pela independência. *A Arma da Teoria. Unidade e Luta I*. Lisboa: Seara Nova, 1978. 2ª ed.

DAMATTA, Roberto. “Digressão a Fabula das três raças, ou problema do racismo à brasileira”. In: _____. *Relativizando. Uma introdução à Antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. pp.58-85.

MARCONDES, Mariana (org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013. 160 p.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SUÁREZ, Mireya. Desconstrução das Categorias “Mulher” e “Negro”. Brasília, *Série Antropologia*, n° 133, 1992. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie133empdf.pdf>

3º Semestre

Teoria Antropológica III (60 h/a)

Ementa: Temas e abordagens centrais em estudos contemporâneos, que se desenvolveram a partir das décadas de 1950/1960 até momentos mais atuais: sistemas simbólicos, ritos de passagem e dramas sociais; antropologia interpretativa, sociabilidade e interação social, hierarquia e individualismo, sistemas globais e fluxos; debates em torno dos conceitos de sociedade e cultura. Leituras da antropologia contemporânea que apontam os diversos estilos de produção e reflexão etnográficas.

Bibliografia Básica:

DOUGLAS, Mary “Introdução”, “1. Impureza ritual”, “2. Profanação secular”, “3. As Abominações do Levítico” Em: *Pureza e Perigo*. SP:Perspectiva, 1976:11-74.

DUMONT, Louis. 1985. “A comunidade antropológica e a ideologia” In: *O individualismo*. Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Rio de Janeiro: Rocco, p. 201-236.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura”. Em: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989:13-44.

Bibliografia complementar:

GEERTZ, Clifford. “Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico”. Em: Geertz, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997: 85-107.

GOFFMAN, Erving. 1988[1963]. *Estigma*. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, p. 7-136.

DUMONT, Louis. “Introdução”, “Do Sistema à Estrutura. O Puro e o Impuro”, “A Hierarquia. Teoria das “Varna””. Em: *Homo Hierarquicus: o sistema de castas e suas implicações*. SP: Edusp, 1992: 49-69, 83-143.

TURNER, Victor “Os símbolos no ritual ndembu” Em: *Floresta de Símbolos. Aspectos do Ritual Ndembu*. RJ: EdUFF, 2005:49-82

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

Gênero, Famílias e Sexualidades (60 h/a)

Ementa: Família e parentesco: as abordagens clássicas. Generificação e colonialidade de gênero. Conjugalidades LGBTT. Família e parentesco nos países africanos de língua portuguesa: alguns aspectos. Sexualidades: o normal e o “anormal” (a perspectiva queer). Consentimento e vulnerabilidade. Transgressão e subalternidade.

Bibliografia Básica:

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2002.

LÉVI-STRAUSS, Claude. "A Família", Em: Harry L. Shapiro. *Homem, Cultura e Sociedade*, São Paulo, Ed. Fundo de Cultura, 1956.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". *Rev. Estud. Fem*, vol.19, n.1, 2011. pp. 11-20 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2011000100002>.

Bibliografia complementar:

BUTLER, J. (2003) O parentesco é sempre tido como heterossexual? Campinas, *Cadernos Pagu* (21) 2003, Unicamp.

FONSECA, FONSECA, Claudia. De família, reprodução e parentesco: algumas considerações. Dossiê: Famílias em movimento. *Cadernos Pagu* (29), julho-dezembro de 2007:9-35. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200002.

Acesso em fev.2014.

LOWENKRON, Laura. Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. *Cadernos Pagu* (45), julho-dezembro de 2015.

ROQUE, Sílvia. (coord). *Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau*. Coimbra: CES, 2011.

SLENES, Robert. 1999. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Nova Fronteira. Caps. 1 (pp. 27-68) e 4 (pp. 237-259)

Estudos de África Pós-Colonial (60 h/a)

Ementa: Ciências Humanas e Sociais em África contemporânea. O intelectual africano perante a crise social. Diálogo crítico entre intelectuais africanos do período das independências e do pós-independência. A antropologia e as questões sociais, políticas e econômicas da África contemporânea.

Bibliografia Básica:

CRUZ e SILVA, Teresa; COELHO, João Borges; SOUTO, Amélia Neves. *Como Fazer*

Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas. (Textos do Colóquio em Homenagem a Aquino de Bragança). Dakar, CODESRIA, 2012. <http://www.codesria.org/spip.php?article1611&lang=en> [artigos selecionados] .

MBEMBE, Achille. “O tempo que se move” (introdução de *De la postcolonie*). In: *Cadernos de Campo*, n. 24, 2015 (pp. 369-397). [disponível online]

NGOENHA, Severino Elias. “Os missionários suíços face ao nacionalismo moçambicano - Entre a tsonganidade e a moçambicanidade”. *Lusotopie*, 1999 [disponível online]

Bibliografia Complementar:

COMAROFF, Jean e John. “Etnografia e imaginação história”. Tradução de Iracema Dulley e Olívia Janequine. *Revista Proa*, nº02, vol.01, 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa>

FABIAN, Johannes. “A prática etnográfica como compartilhamento do tempo e como objetivação”. *Mana*, vol. 12, no. 02, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000200010>

HONWANA, Alcinda. Juventude, Waithood e Protestos Sociais em África In: *Desafios para Moçambique*, IESE, 2014 [disponível online]

MUNANGA, Kabengele. “Antropologia africana: mito ou realidade?”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 11, 1985. [disponível online]

Antropologia, Movimentos Sociais e Direitos Humanos (60 h/a)

Ementa: Apresentar o debate teórico e político que envolve os movimentos sociais em contextos diaspóricos. Analisar as inter-relações temáticas entre alteridade, cidadania e direitos humanos. Abordar o papel da antropologia e do antropólogo (a).

Bibliografia Básica:

ESCOBAR, Arturo. Introdução: o cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFMG, 2000, p.15-57. Disponível em: <http://site.ufvjm.edu.br/mpich/files/2013/05/alvarez-et-all.pdf>

REYES, Regina; KANT de Lima, Roberto (Orgs.) *Antropologia e Direitos Humanos – Prêmio ABA/FORD/ Regina Reyes*, Niterói : EdUFF, 2001. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/livros/DIREITOS%20HUMANOS%201\[1\].pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/livros/DIREITOS%20HUMANOS%201[1].pdf)

SILVA, Gláucia (Org.). *Antropologia Extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília, Paralelo 15, 2008.

Bibliografia complementar:

ALBERTI, Verena. *Histórias do Movimento Negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC*. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas Cpdoc, 2007

CRUZ E SILVA, Teresa. BORGES COELHO, João Paulo. NEVES DE SOUTO, Amélia. *Como Fazer ciências Sociais e Humanas em África: questões epistemológicas, metodológicas, teóricas e políticas*. Senegal, Codesria, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20131028053636/ComoFazer.pdf>

GOHN, Maria da Glória. *Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>

NCHOJI NKWI, Paul. Antropologia na África Pós-colonial: o debate da sobrevivência. In: RIBEIRO, Gustavo Lins;ESCOBAR, Arturo (Org.). *Antropologias Mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder*. Brasília, Editora UNB, 2012.

SEGATO, Rita Laura. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, Rio de Janeiro , v. 12, n. 1, p. 207-236, Apr. 2006 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132006000100008&lng=en&nrm=iso>

Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Humanidades (60h)

Ementa: Fundamentos epistemológicos da interdisciplinaridade. A interdisciplinaridade em relação à multidisciplinaridade e à transdisciplinaridade. Transversalidade na produção do conhecimento. Paradigmas científicos. Planejamento de Pesquisa: Projetos e Delineamento de pesquisa. Abordagens metodológicas de base quantitativa,

qualitativa, mista e participativa. Métodos e técnicas de pesquisa em humanidades. Ética em pesquisa nas ciências humanas. Pesquisa como compromisso social e ético-político.

Bibliografia Básica:

BARROS, A. J.; LEHFELD, N. A. S. *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRESWELL, J. W. *Projetos de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Sage, 2010.

DUSSEL, Enrique D. *Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

KI-ZERBO, Joseph. Introdução geral. In KI-ZERBO, Joseph (ed.). *História geral da África 1: Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. revisada, Brasília: UNESCO, 2010, p. XXXI-LVII. (Nos sites da Unilab e da UNESCO encontramos cópias em PDF dos 8 volumes desta coleção).

MAZRUI, Ali A. O Horizonte 2000 - A educação colonial: a libertação sem o desenvolvimento. In: *História Geral da África VIII. África desde 1935*. Editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji Brasília: UNESCO, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*, volume 1: a crítica da razão indolente. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, T. C.; COELHO, J. P. C.; SOUTO, A. N. *Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas*. Senegal: Clasco, 2012. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20131028053636/ComoFazer.pdf>

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. *Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar*. Epistemologia e Metodologia Operativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

WEBER, M. “A Ciência como vocação”. In, *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 1982

KUHN, T. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. Beatriz Vianna Boeira & Nelson Boeira. São Paulo, Perspectiva, 1991, pp. 77-145.

Bibliografia Complementar:

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2010.

FLICK, U. *Introdução à metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso, 2013.

HERZFELD, Michael. “Epistemologias”. In, Antropologia. Prática teórica na cultura e na sociedade. Petrópolis: Vozes, 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2010.

POMBO, Olga. *Epistemologia da Interdisciplinaridade*. ANAIS: Seminário Internacional Interdisciplinaridade, Humanismo, Universidade, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 12 a 14 de Novembro 2003, Porto, Portugal.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma Ciência Pós Moderna*. Rio de Janeiro, RJ: Ed. Graal, 1989

WEBER Max, “A 'Objetividade' do Conhecimento nas Ciências Sociais, in: Sociologia: Max Weber. São Paulo: Atica, 1989.

4º Semestre

Metodologia de Pesquisa Antropológica (60 h/a)

Ementa: Novos olhares sobre a ciência; por uma perspectiva teórica da pesquisa antropológica; Métodos, diálogos e polifonia; Formulação de um problema de pesquisa. Estrutura, argumentação e justificação de um projeto de pesquisa. Redação de um projeto de investigação.

Bibliografia Básica:

BERGER, Peter & LUCKMANN, Thomas. 1976. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes. P. 11-34; 173-241.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw. “*Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*”. São Paulo: Abril Cultural (col. “Os Pensadores”), 1978.

Bibliografia complementar:

BOURDIEU, Pierre “O observador observado”, “Estrutura, *habitus* e práticas” e “A ação do tempo e o tempo da ação” Em: *Esboço de uma teoria da prática*. Portugal: Celta Editora, 2002: 137-144; 163-185; 227-236.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho antropológico*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.

CARVALHO, José Jorge O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, UFRGS, IFCH, PPGAS, 2001.

LATOUR, Bruno & WOOLGAR, Steve. 1997. *A vida de laboratório*. A produção de fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. P. 9-100.

SAHLINS, Marshall.. “O ‘Pessimismo Sentimental’ e a Experiência Etnográfica: Por que a Cultura Não é um ‘Objeto’ em Via de Extinção”. *Mana. Estudos de Antropologia Social* 3 (1): 41-73; *Mana. Estudos de Antropologia Social* 1997 3 (2): 103-150.

Política, Poder, Estados Nacionais e Transnacionais(60 h/a)

Ementa: Política e poder como conceitos antropológicos. Sistemas políticos. Relações de poder e estruturas de dominação. Processos de Formação dos Estados-Nacionais (Estados multiculturais e plurinacionais na América Latina e África). Estados coloniais e efeitos para organizações políticas contemporâneas. O desenvolvimento à luz da teoria antropológica. Transnacionalismos.

Bibliografia Básica:

ELIAS, Norbert. “Processos de formação de Estados e construção de nações”. In: _____. *Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública*. Organização e apresentação Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006 [1972].

GEERTZ, Clifford. 1980. *Negara: O Estado Teatro no século XIX*. Lisboa: Difel, pp. 13-21 (Bali e o Método Histórico); 23-39 (Definição Política: as fontes da ordem); e 153-172 (Bali e a Teoria Política).

WEBER, Max.. *Economia e Sociedade*. Brasília, Ed. UnB. 1991

Bibliografia complementar:

ESCOBAR, Arturo. "Anthropology and the development encounter: the making and marketing of development anthropology". *American Ethnologist* 18(4), 1991. pp 658-682

MINTZ, Sidney W. *Caribbean Transformations*. Cap. 11: “Caribbean nationhood: an Anthropological Perspective.” Chicago: Aldine Publishing Company. 1974.

BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. São Paulo: EDUSP/Difusão Européia do Livro, 1969.

EVANS-PRITCHARD, E. & FORTES, M. *Sistemas políticos africanos*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1981.

LEACH, Edmund. 1996. *Sistemas Políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP, 1996

5º Semestre

TCC I (60 h/a)

Ementa: Teoria e Prática em pesquisa em campo; Registro e tratamento dos dados empíricos. Subsídios teóricos e metodológicos necessários à pesquisa etnográfica.

Bibliografia básica:

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas. O antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2002.

GOLDMAN, Marcio. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. In: *Etnografia*, Vol X (1), 2006, pp. 161-173.

THIOLLENT, Michel J. M.. *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operária*. São Paulo, 3ª edição, Editora Polis, 1982

Bibliografia complementar:

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O trabalho antropológico*. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 1998.

CARVALHO, José Jorge O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, UFRGS, IFCH, PPGAS, 2001.

DINIZ, Débora. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. Brasília, Letras Livres, 2011.

MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica. *A prática de fichamentos, resumos, resenhas*. Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. São Paulo: Atlas, 2008

Experiência, Prática e Significado (60h)

Ementa: A complexidade da vida social. Experiência, ação, interpretação, interação, prática e significado. Protagonismo histórico e memória social. Consenso, dissenso, silenciamentos.

Bibliografia Básica:

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 1997.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. [8. ed. rev.]. São Paulo: Brasiliense, 2014.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. RJ: Bertrand Brasil, 1989.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. [17. ed.]. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2011.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2013.

HAMPATE BA. Tradição Viva. In: KI-ZERBO, Joseph; UNESCO. *História geral da África I: Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Cortez, 2010. Brasília, DF: UNESCO,

MBEMBE, Achille. *África insubmissa: cristianismo, poder e Estado na sociedade pós-colonial*. Luanda: Mulemba; Mangualde: Pedago, 2013.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. [2.ed.]. São Paulo: Contexto, 2015.

SAHLINS, Marshall David. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2003.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2014.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.

Bibliografia Complementar:

ELIAS, N. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70, 2014.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011.

GIDDENS, Anthony (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. [20. ed.]. Petrópolis: Vozes, 2014.

SIMMEL, G. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.

WEBER, Max. **A ética protestante e o 'espírito' do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Estudos das Performances Culturais (60h)

Ementa: Problematização e vivência das performances musicais, corporais e da oralidade presentes nas culturas e manifestações populares do Nordeste brasileiro, africanas e afro-brasileiras, indígenas e latino-americanas. Complexificar as categorias de jogo e “brincadeira”, fomentando a pesquisa e a produção de saberes numa dinâmica relacional entre culturas.

Bibliografia Básica:

ANTONACCI, Maria Antonieta. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: Educ, 2013.

BARBOSA, Wallace de Deus. *Pedra do Encanto – dilemas culturais e disputas políticas entre os Kambiwá e os Pipipã*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2003.

BASTIDE, Roger. *Estudos afro-brasileiros*. São Paulo: Martins Fontes, 1973.

BORBA FILHO, Hermilo. *Espetáculos populares do Nordeste*. São Paulo Editora, 1966.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azeredo. *Toré – Regime encantado do índio do Nordeste*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Ed.Massangana, 2005.

JACQUES, Paola Berenstein. *Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através das obras de Hélio Oiticica*. 3ed. Rio de Janeiro: 2003.

STRINATI, Dominic. *Cultura Popular: uma introdução*. São Paulo Hedra, 1999.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. 4ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. UFRJ, 2002.

VIEIRA, Luiz Renato. *O jogo da capoeira corpo e cultura popular no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Sprint, 1999.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, Maria Inês de. *Desocidentada: experiência literária em terra indígena*. BH: UFMG, 2009.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 3ed. Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1972.

_____. Mady in África. *Pesquisas e notas*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

Identidade e Poder (60h)

Ementa: Marcadores identitários: raça, classe, etnia, gênero e sexualidade. Globalização e Transnacionalismos. Diáspora. Desigualdade, diferença e conflito. Colonialismo. Emancipação e Direitos.

Bibliografia Básica:

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P. *Teorias da etnicidade. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*, Philippe Poutignat, Jocelyne Streiff-Fenard. Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo: UNESP, 1998.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil*. São Paulo, Selo Negro Edições, Coleção Consciência Negra em Debate, 2011.

COOPER, Frederick; SCOTT, Rebecca J.; HOLT, Thomas C. *Além da escravidão: investigações sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós-emancipação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011

MIGNOLO, Walter D. *Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Edufm, 2003.

NGOENHA, Severino Elias. “Os missionários suíços face ao nacionalismo moçambicano - Entre a tsonganidade e a moçambicanidade”. *Lusotopie*, 1999.

O'DWYER, Eliane Cantarino *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco - “Situação colonial, territorialização e fluxos culturais: uma etnologia dos ‘índios misturados’?”. *Mana* 4(1),1998.

QUIJANO, Anibal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados* – USP, São Paulo, v.19, n. 55, 2005b.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/01.pdf>>. Acesso em: ago. 2012.

SEGATO, Rita. Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos ces* [Online], 18 | 2012, colocado online no dia 01 Dezembro 2012, consultado a 16 Julho 2015.

Bibliografia Complementar:

APPADURAI, Arjun - "Disjunção e Diferença na Economia Cultural Global" in: Featherstone, M. (org.) *Cultura Global*. Petrópolis. Vozes, 1994. (pp. 311-327).

BHABHA, Homi - "Interrogando a identidade". "Franz Fanon e a prerrogativa Póscolonial"; "A outra questão. O Estereótipo, a Discriminação e o Discurso do Colonialismo"; "O pós colonial e o pós moderno. A questão da agência"; "Como o novo entra no mundo. O espaço pós-moderno, os Tempos Coloniais e as Provações da Tradução Cultural" In: *O local da cultura*. Belo Horizonte, UFMG, 1998. (pgs 70-104; 105-128; 239-273; 292-325).

BALANDIER, Georges. "A Noção de Situação Colonial". In: *Cadernos de Campo* nº 3 USP, São Paulo: 1993.

GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Ed.34, Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes/Centro de Estudos Afroasiáticos. 2001.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. 2. ed. revista, São Paulo: Ed. 34, 2005.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editota, 2006

HOBSBAWN, E.J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1990.

LEITE, Fabio. *Questão Ancestral*. São Paulo: Casa das Africas: Pallas, 2008.

MAIO, Marcos Chor;; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; Faperj, 2010.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da; BASTOS, Liliana Cabral. *Estudos de Identidade: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. 395p.

_____. *Para além da identidade. Fluxos, movimentos e trânsitos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 319p.

MUNANGA, Kabengele. Uma Abordagem Conceitual das Noções de Raça, Racismo, Identidade e Etnia. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Cadernos PENESB* (Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira), Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Sociais Aplicada da Faculdade de Educação, nº 5, 2004.

PINHO, Osmundo; SANSONE, Livio (orgs.). *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EdUFBa, 2008.

SAID, Edward. *Orientalismo*. trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SILVA, Fábio Mário. (org). *O Feminino nas Literaturas Africanas em Língua Portuguesa*. Lisboa: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014. Disponível em: [http://www.lusosofia.net/textos/20141130-](http://www.lusosofia.net/textos/20141130-silva_fabio_mario_da_o_feminino_nas_literaturas_africanas_em_lingua_portuguesa.pdf)

[silva_fabio_mario_da_o_feminino_nas_literaturas_africanas_em_lingua_portuguesa.pdf](http://www.lusosofia.net/textos/20141130-silva_fabio_mario_da_o_feminino_nas_literaturas_africanas_em_lingua_portuguesa.pdf)

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

SUÁREZ, Mireya. Desconstrução das Categorias “Mulher” e “Negro”. Brasília, *Série Antropologia*, nº 133, 1992. Disponível em: <http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie133empdf.pdf>.

6º Semestre

TCC II

Ementa: Pesquisa de campo, elaboração e apresentação da monografia. Elaboração do TCC em regime tutorial.

Não tem bibliografia.

Território e Poder (60h)

Ementa: Espaço: dimensões, escalas, processos e agências. Territórios, fronteiras, deslocamentos. Estado, Nação, região. Urbano e/ou rural. Meio ambiente.

Bibliografia Básica:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de Quilombo, Terras Indígenas, “Babaçuais Livres”, “Castanhais do Povo”, Faxinais e Fundos de Pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PPGSCA-UFAM, 2006.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

BRANDÃO, Carlos. *Território e Desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global*. São Paulo: Editora da Unicamp, 2007.

DEAN, Warren. *A Ferro e fogo: A História e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

ELIAS, Norbert. “Processos de formação de Estados e construção de nações”. In: _____. *Escritos & ensaios; 1: Estado, processo, opinião pública*. Organização e apresentação Federico Neiburg e Leopoldo Waizbort. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006 [1972].

HANNERZ, Ulf. “Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chaves da Antropologia Transnacional”. *Mana* 3(2):7-40.

HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2010.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala: a experiência da microanálise*. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, 262 páginas.

SANTOS, M. *Espaço e Sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979.

WILLIAMS, Raymond. “Campo e cidade”; “Cidades e campos”. In: *O campo e a cidade na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. PP. 11-21; 471-500.

Bibliografia Complementar:

LEFF, Enrique (Coord.). *Ética, Vida, Sustentabilidade*. Mexico: Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente/Red de Formación Ambiental para América Latina y el Caribe, 2002.

BOURDIEU, Pierre. "A Identidade e a Representação. Elementos para uma Reflexão Crítica sobre a Idéia de Região" e "Espaço Social e Gênese das 'Classes'". In: *O Poder Simbólico*. Lisboa. DIFEL. 1989, (pp. 107-132 e 133-161),

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. "Meio Ambiente" In: SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Antropologia e Direito: temas antropológicos para estudos jurídicos*. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/LACED/Associação Brasileira de Antropologia, 2012.

HENRIQUES, Isabel Castro "A terra e os territórios africanos: a profusão dos marcadores simbólicos". In: *Território e Identidade – A construção da Angola Colonial (c. 1872-1926)*. (em pdf)

LITTLE, Paul E. *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade*. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2002.

MUDIMBE, V. Y. *A invenção da África*. Lisboa, Luanda: Edições Pélago, Edições Mulemba, 2013.

SANSONE, Lívio & FURTADO, Claudio. *Dicionário Crítico das Ciências Sociais dos países de fala oficial portuguesa*. Salvador, EDUFBA: 2014.

SAYAD, Abdelmalek. "Os filhos ilegítimos". *A Imigração ou Os paradoxos da alteridade*. São Paulo: EdUSP, 1998. pp 173-234

SODRÉ, Muniz. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Imago, 2002.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa do meu pai: a África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997. (OBS.: Appiah faz reflexões críticas apuradas sobre os usos dos conceitos de raça e identidade no continente africano).

Disciplinas Optativas

Temáticas Antropológicas Contemporâneas

Ementa: Novos temas e problemas da antropologia brasileira: patrimônio material e imaterial; gênero, corpo e sexualidade; movimentos sociais na contemporaneidade; Estado e violência; Antropologia da África.

Bibliografia Básica:

LIMA, Manuel Ferreira et all. *Antropologia e Patrimônio Cultural: Diálogos e Desafios Contemporâneos*. Blumenau: Nova Letra, 2007.

COMERFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta. Sociabilidade, Falas e Rituais na Construção de Organizações Camponesas*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

TRAJANO FILHO, Wilson. *A África e o movimento: reflexões sobre os usos e abusos dos fluxos*. In: DIAS, Juliana & LOBO, Andréa. *África em Movimento*. Brasília: ABA Publicações, 2012, p.23-45.

Bibliografia complementar:

PASSOS, Elizete et all. *Metamorfoses: gênero nas perspectivas interdisciplinares*. Salvador, UFBA, NEIN, 1998.

MACEDO, João Paulo. *A Invenção da “Juventude Violenta”. Análise da elaboração de uma política pública*. RJ, LACED:E-Papers, 2009.

VIANNA, Adriana e Farias, Juliana. A Guerra das Mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, 37. Campinas: jul-dez 2011

DIAS, Juliana B. *Mornas e Coladeiras de Cabo Verde: versões musicais de uma nação*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, 2004.

MARQUES, Diego Ferreira. *O carvalho e a mulemba. Angola na narrativa colonial portuguesa*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Estadual de Campinas, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Omar Ribeiro Thomaz.

Antropologia e Fazeres Etnográficos

Ementa: A etnografia como esforço teórico-metodológico da Antropologia. Trabalho de campo e a construção do texto etnográfico. Uso de imagens. Perspectivas e contextos etnográficos. Experiências e interlocuções profissionais.

Bibliografia Básica:

GERRTZ, Clifford. 2005. Estar Lá: A antropologia e o cenário da escrita. In: *Obras e Vidas*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. pp. 11-39.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural (col. “Os Pensadores”), 1978.

PEIRANO, Mariza. *A Favor da etnografia*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. Disponível em:< http://www.marizapeirano.com.br/livros/a_favor_da_etnografia.pdf>

Bibliografia Complementar:

- ALBERT, Bruce. 2014. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos. Notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. In *Campos: Revista de Antropologia Social*. V. 15, n. 1. pp. 129-143.
- BENSA, Alban. 1998. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: *Jogos de Escalas – a experiência da microanálise*. Jaques Revel– Organizador. Fundação Getúlio Vargas Editora. Rio de Janeiro.
- CAVALIA, Oscar. 2013. “O sujeito”, “O diário de campo”. In: *Esse obscuro objeto de pesquisa: Um manual de método, técnicas e teses em antropologia*. Ilha de Santa Catarina: Edição do autor, pp. 148-158; pp. 165-169.
- OLIVEIRA, João Pacheco. Instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades de trabalho do antropólogo em laudos periciais. In: *Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo*. Organizador: Oliveira, João Pacheco. Contra Capa Livraria Ltda. Rio de Janeiro, 1998.
- VELSEN, J. Van. A Análise Situacional e o Método de Estudo de Caso Detalhado. In: *Antropologia das Sociedades Contemporâneas – Métodos*. Ed. Global Universitária, SP, 1987.

Antropologia, literatura e narrativas contra-hegemônicas.

Ementa:Problematizando conceitos, fronteiras e assimetrias: oratura, literatura e narrativa. A etnografia como texto, *o etnógrafo como autor*. Literatura e escrita feminina em contextos africanos. Identidades africanas, identidades afrodiáspóricas e suas linguagens. Colonialismo e colonialidade. Gênero, sexualidade e classe nas literaturas de língua portuguesa.

Bibliografia Básica:

- ANZALDÚA, G. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo*.
- LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial*. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014
- MAMA Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 603-637.

Bibliografia Complementar:

CHIZIANE, Paulina. *EU, mulher...por uma nova visão de mundo*. Belo Horizonte: Nandyala, 2013.

HOOKS, Bell. “Intelectuais Negras”. *Estudos Feministas*. Ano 3, 2-95, 1995.

JABARDO, Mercedes. “Construyendo puentes: en diálogo desde / con el feminismo negro”. In Jabardo, Mercedes (org). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid: Proyecto Editorial Traficantes de Sueños, 27-56, 2012.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*, nº 92/93 (jan-jun), 1988, p. 69-82.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Trad. Sandra Regina Goulart Almeida et alli. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Antropologia da Educação

Ementa: Estudo antropológico sobre a Educação informal, não formal e escolar. Conceitos e métodos relevantes à Antropologia, pedagogia e licenciaturas: cultura, racismo epistêmico, alteridade, classe, raça, etnia, gênero e geração na escola e em espaços não escolares; interculturalidade e políticas educacionais; movimentos sociais pela Educação. Métodos da pesquisa etnográfica e educação.

Referência básica:

FERREIRA, Mariana K.L. (orgs). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001

FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso - pesquisa etnográfica em educação. *Revista da ANPED - SP*, n. 10, jan/abr 1999.

GUSMÃO, Neusa Maria. Por uma Antropologia da Educação no Brasil. Em: *Pro-Posições*, Campinas, v. 21, n. 2 (62), p. 259-265, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v21n2/v21n2a17.pdf>. Consulta: jan.2017.

Referência Complementar:

MEAD, Margaret. 1985 [1930]. *Educación y cultura en Nueva Guinea*. Barcelona, Paidós Studio.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010. Disponível on-line, acesso livre.

SILVA, Givânia. *Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de Brasília/ Faculdade de Educação, Brasília, 2012. Disponível em: < http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12533/1/2012_GivaniaMariadaSilva.pdf>.

Acesso em jan.2017.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. Em: *Educação em Revista*. Belo Horizonte. n. 46. p. 201-218. dez. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edur/n46/a08n46>>.

Acesso em: jan.2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In. CANDAU, Vera Maria (Org.). *Educação intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009. p. 12-43.

Antropologia Urbana

Ementa: A disciplina introduz a discussão do estudo das cidades nas C. Sociais, sob a perspectiva da Antropologia. Enfatiza tópicos específicos nos estudos urbanos: cidades e dinâmicas sociais no meio urbano; sociedade, políticas públicas e tendências econômicas no meio urbano contemporâneo; diferentes formas de segregação; pesquisa etnográfica no meio urbano.

Bibliografia Básica:

CARDOSO, R. *A Aventura Antropológica. Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Eckert, C. & Rocha, Ana Luiza C. Leitura: ECKERT, Cornelia ; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da . “Etnografia:saberes e práticas”. In: Céli Regina Jardim Pinto e César Augusto Barcellos Guazzelli. (Org.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008, p. 9 a 24. Série Graduação. (Disponível em PDF)

VELHO, Octávio G. (org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1973.

Bibliografia Complementar:

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C.. *Antropologia da e da Cidade. interpretações sobre as formas da vida urbana*. Porto Alegre, Marcavisual, 2013.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. Em ZALUAR, Alva Guimarães (org). *Desvendando Máscaras Sociais*. Livraria Alvez Ed. Rio de Janeiro, 1975.

MAGNANI, J. Guilherme & Lilian de Lucca Torres (orgs.). Quando o Campo é a Cidade: Fazendo Antropologia na MetrÓpole. In: *Na MetrÓpole: textos de Antropologia Urbana*. São Paulo: EDUSP; FAPESP, 1996.

OLIVEN, R. A Cidade Como Categoria Sociológica. En R. Oliven, *Urbanização e Mudança Social no Brasil* (págs. 13-29). Petrópolis: Vozes, 1980.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose - Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1994.

Intelectuais Negras nas Ciências Sociais.

Ementa: Apresentar a contribuição teórica de intelectuais negras nas ciências sociais brasileiras. Analisar trajetórias acadêmicas e conceitos elementares. Problematicar contexto sociopolítico e acadêmico.

Bibliografia básica:

BICUDO, Virginia Leone. *Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo*. Marcos Chor Maio (Org.) São Paulo, Editora Sociologia e Política, 2010.

GONZALEZ, Lélia. HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Coleção 2 pontos. Editora Marco Zero Ltda, Rio de Janeiro, 1982.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de Beatriz Nascimento*. São Paulo, IMESP, 2007.

Bibliografia complementar:

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdades no Brasil*. Selo Negro, 2011.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São paulo, Ática, 2016.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010

NASCIMENTO, Maria Beatriz do. Ori. (documentário), 1989. In: http://www.youtube.com/watch?v=_16NQrmxnSs

Antropologia Política

Ementa: As origens, fundamentos e modos de funcionamento do poder político. Processos de formação dos sistemas políticos. Relações de poder e comportamento simbólico. Organização política em sociedades com e sem estado.

Bibliografia Básica:

BALANDIER, Georges. *Antropologia Política*. São Paulo: EDUSP/Difusão Europeia do Livro, 1969.

EVANS- PRITCHARD, E & FORTES, M. *Sistemas políticos Africanos*. Lisboa: Calouste Gulbekian, 1981.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o estado: pesquisas de Antropologia Política*: Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2ª Edição, 1982.

Bibliografia Complementar:

BOURDIEU, Pierre. *Poder simbólico*. Lisboa. Rio de Janeiro: DIFEL, Bertrand/ Brasil, 1989.

DAMATA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

DOUGLAS, Mary. *Como as instituições pensam*. São Paulo: EDUSP, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2003

WEBER, Max. “Política como vocação”; “Burocracia”, “O significado da disciplina” in: *Ensaio da Sociologia*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Teorias sobre o racismo e discursos anti-racistas

Ementa: Racismo: origens, conceito e manifestações contemporâneas. O racismo científico do século XIX e seus desdobramentos no Brasil. Teorias sobre relações raciais e racismo. As lutas antirracistas no Brasil e no mundo.

Bibliografia básica:

MUNANGA, Kabengele. “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, Identidade étnica”. In: *Cadernos PENESB*, UFF, Niterói, Editora da UFF, n. 5, p. 15-34, 2004. [disponível online]

SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

Bibliografia complementar:

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2014.

D' ADESKY, Jacques. *Pluralismo étnico e multiculturalismo: racismos e antirracismos no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2009.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracias*. São Paulo: Editora 34, 2002.

SILVEIRA, Renato da. “Os selvagens e a massa: o papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. In: *Afro-Asia* n°. 23, 1999. [disponível online]

Estado, Empresas, Organismos Internacionais e Populações

Ementa: Estudos antropológicos sobre Estado, empresas e organismos internacionais. Projetos de desenvolvimento e seus efeitos para as populações. Lógicas de elites empresariais e estatais e suas formas de classificação, representação e poder. Processos coloniais e territorialização de grupos étnicos como eixos comparativos de análise.

Bibliografia básica:

BARROSO, Maria Macedo. “Lógicas de espacialização missionária e agendas da cooperação internacional: uma perspectiva multissituada a partir de ações junto aos povos indígenas”. *Religião e Sociedade*, 35(2): 189-212, 2015

BRONZ, Deborah e BEZERRA, Marcos (orgs.) “‘Grandes empreendimentos’, Administração Pública e Populações”. *Dossiê em Revista Antropolítica*, n. 37, p. 131-136, Niterói, 2. sem. 2014

RIBEIRO, Gustavo Lins. “Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento”. In: SILVA, Kelly e SIMIÃO, Daniel. *Timor Leste por trás do palco. Cooperação internacional e a dialética da formação do Estado*. Belo Horizonte: Ed. UFMG. Pp. 417-426, 2005.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, M. V. de; FELDMAN-BIANCO, B. (coord.) *Trânsitos coloniais: diálogos*

críticos luso-brasileiros. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2014.

BRONZ, Deborah. "O 'Estado não sou eu'. Estratégias empresariais no licenciamento ambiental de grandes empreendimentos industriais". *Campos*, 14(1-2):3655, 2013.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. "Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de 'tutelados' a 'organizados'". In: INGLEZ DE SOUZA, Cássio et alii.(orgs). *Povos Indígenas: Projetos e Desenvolvimento II*. Rio de Janeiro: Laced/Contra Capa, 2010. p. 15-50.

DE L'ESTOILE, Benoit, NEIBURG, Federico e SIGAUD, Lygia. "Antropologia, impérios e estados nacionais: uma abordagem comparativa". In: _____. (orgs.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p. 9-38.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. "Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia do desenvolvimento. In: MAGALHÃES, Sonia B. et alii (orgs.). *Energia na Amazônia*. Belém: MPEG, 1996. p.467-476.

SALVIANI, Roberto. *Participação e desenvolvimento sustentável no Brasil: a experiência da Itaipu Binacional*. Rio de Janeiro: Laced/Epapers, 2002.

Antropologias Emergentes

Ementa: Discussão de temas emergentes e tópicos especializados no campo da antropologia.

Bibliografia Básica:

GEERTZ, Clifford. "Do Ponto de Vista dos Nativos': A Natureza do Entendimento Antropológico". In: *O Saber Local*. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 85-107

PEIRANO, Mariza. Onde está a antropologia?. In: *Mana*, vol 23, n. 2, Rio de Janeiro, Outubro de 1997. pp. 67-102.

STRATHERN, M. Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia. In: *Revista Mediações*, Londrina, vol 14, n. 2, jul-dez. de 2009. pp. 83-104. (<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/issue/view/303/showToc>).

Bibliografia Complementar:

CLIFFORD, James; MARCUS, George. *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*". Rio de Janeiro: Papéis Selvagens; Editora da UERJ, 2017.

INGOLD, Tim. *"The Perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill"*. Londres: Routledge, 1996.

LATOUR, Bruno. Introdução: Como retomar a tarefa de descobrir associações. In: *"Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede"*. Salvador/Bauru: EdUFBA/Edusc, 2012. pp. 17-40.

STRATHERN, M. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2014.

WAGNER, Roy. *A Invenção da Cultura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

8. Integralização Curricular

Em cumprimento ao que estabelece a *Resolução CNE/CES N.º 2*, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, no Brasil, e em conformidade com o que orienta o *Parecer CNE/CES n.º 136*, de 4 de junho de 2003, que trata da orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, os estudantes do Curso de Bacharelado em Antropologia com ingresso a partir de 2014 terão que cumprir a carga horária mínima de 2.400 horas, sendo 480 horas em disciplinas obrigatórias, 600 horas em disciplinas obrigatórias complementares, 120 horas em disciplinas optativas, 180 horas em disciplinas eletivas, 360 horas em atividades complementares, 240 horas em atividades e projetos de extensão, 300 horas em conhecimento do núcleo comum do Bacharelado em Humanidades e 120 Núcleo Obrigatório Comum da UNILAB

Aos estudantes com ingresso a partir de 2014 exige-se a apresentação, com sucesso, perante banca de três professores de acordo com a RESOLUÇÃO N.º 14/2016/CONSUNI, DE 22 DE JULHO DE 2016, de um Trabalho de Conclusão de Curso, monografia, desenvolvido sob a orientação de um professor orientador, em procedimento regulamentado pelo **Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)** estabelecido neste documento.

Os casos não contemplados nas situações acima serão estudados individualmente pela Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação do Currículo, formada pelo Colegiado do Curso de Antropologia.

9. Atividades Complementares

O estudante deverá obrigatoriamente desenvolver atividades complementares na forma de atividades acadêmico-científico-culturais. Essas atividades perfazem um total de 360 (trezentos e sessenta) horas aulas e deverão ser cumpridas pelos estudantes ao longo dos semestres letivos. Esta carga horária obedece à seguinte orientação do Conselho Nacional de Educação: “Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário.” BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *RESOLUÇÃO Nº 2*, [Brasília], 18 DE JUNHO DE 2007, p. 2).

Cabe destacar que o Curso de Antropologia não prevê estágio, pois no âmbito do bacharelado não se enquadra o estágio docente como formação intrínseca ao curso. Por outro lado, destacamos que o trabalho de campo como a prática inerente ao fazer antropológico consolida a formação teórico-metodológica de nosso alunado. Essas atividades deverão permitir ao estudante vivenciar, no decorrer de todo o curso, atividades diferenciadas, de forma que busque um aprofundamento em áreas de interesse e atenda a mudança expressiva no perfil estudantil como cita os Referenciais Orientadores para os Bacharelados Interdisciplinares e similares (SESU/MEC no. 383/2010).

Dessa forma, serão consideradas no cômputo das horas as seguintes atividades, desde que reconhecidas, supervisionadas e homologadas pelo Colegiado do Curso de acordo com o Art. 4º da Resolução Nº 24, de 21 de Novembro de 2011 da UNILAB; prática integrada de ensino, pesquisa e extensão articuladas ao currículo, vivências nas áreas artística, humanística, científica e tecnológica, competências e habilidades adquiridas em outras formações e contextos, valorização do trabalho de equipe, entre outros, conforme disposto no quadro abaixo.

Atividade	Equivalência	CH Mínima	CH Máxi ma
Bloco I - Atividades de formação social, humana e cultural		120	
Participação em atividades artísticas e culturais	direta	-	120
Atividades esportivas	direta	-	120
Cursos de línguas estrangeiras	direta	-	120
Bloco II - Atividades de iniciação científica, tecnológica ou de formação profissional		120	
Iniciação à pesquisa — participação em programas PIBIC, (como bolsista ou voluntário) e/ou participação em Grupos de Pesquisa sediados na Unilab	60h / semestre	-	120
Participação em programas PBIDIN e PROBTI	60h / semestre	-	120
Apresentação de trabalhos em congressos, encontros e colóquios acadêmicos	direta	-	120
Participação na produção de publicações em jornais, revistas técnico-científicas, anais de eventos técnico-científicos	20h / trabalho	-	120
Publicação de resumos ou resumos expandidos em eventos acadêmicos	40h / trabalho	-	120
Publicação de trabalhos completos em anais de eventos acadêmicos, artigos de periódicos acadêmicos (constantes da base de dados Qualis da Capes), capítulos de livros em editora universitária ou com conselho editorial.	80h / trabalho	-	120
Participação em cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	direta	-	120
Facilitação de cursos de formação acadêmica, minicursos, oficinas e outras formas de formação acadêmica complementar	4h / hora	-	120
Participação em bancas de defesa de graduação ou pós-graduação (como ouvinte)	2h / evento	-	120

Bloco III - Participação em atividades associativas e de cunho comunitário		120	
Participação em Órgãos Colegiados da Unilab	30 h / semestre	-	120
Participação em comissões de trabalho da Unilab	20 h / comissão	-	120
Participação em entidade estudantil	40 h / semestre	-	120
Participação em organizações da sociedade civil — participação em associações, movimentos populares, sindicatos, partidos políticos e demais organizações da sociedade civil.	40 h / semestre	-	120

10. Atividades de Extensão

Para atender a estratégia do Plano Nacional de Educação (2014-2024) de “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”, segundo a LEI 13.005 (PNE/JUNHO DE 2014), o curso exige 240 horas de participação dos (as) estudantes em projetos e/ou programas de extensão.

11. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O ensino de antropologia exige a introdução de diferentes componentes didáticos como estratégia para o ensino e a aprendizagem. Assim, a reflexão sobre a teoria deve vir acompanhada pela prática e pelo contato com a realidade social. Como parte fundamental do fazer antropológico, incorpora-se a prática da pesquisa de campo enquanto método não apenas de pesquisa, mas sobretudo de aprendizagem da reflexão antropológica sobre as diferentes realidades sociais, locais e internacionais. Neste sentido, a perspectiva comparativa, cara à antropologia, deve servir como alicerce para a reflexão teórica e prática.

Da mesma forma, o uso das tecnologias da informação e comunicação será considerado como parte do desenvolvimento das competências e habilidades do(a) aluno(a). A interação com as tecnologias e culturas digitais, com os novos espaços de criação e experiências midiáticas, auxiliará no processo de inclusão digital e conectividade entre alunos(as) e professores(as), bem como com a realidade dos países parceiros. O acesso aos laboratórios, à utilização do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), de softwares de pesquisas qualitativas, equipamentos audiovisuais bem como o desenvolvimento de cartografias tecnológicas, estudos de ciberespaços e etnografias de sistemas, são ferramentas importantes no aprimoramento das competências e habilidades no processo de ensino e aprendizagem.

Finalmente, os(as) aluno(as) serão avaliados continuamente por sua capacidade de integrar a prática da pesquisa de campo e a reflexão sobre a teoria e a realidade social, familiar ou não.

12. Avaliação

12.1 Auto avaliação do Curso

Anualmente o curso realizará uma auto avaliação por meio da aplicação de

questionário estruturado junto aos docentes, discentes e técnicos-administrativos sob coordenação do NDE do curso. Vale ressaltar, que que o Curso de Antropologia está subordinado a Resolução S/N/CONSUP, de 16 de setembro de 2011 no tocante as suas atividades de avaliação.

12.2 Da Aprendizagem

A sistemática de avaliação da aprendizagem será feita com base nas normas estabelecidas pelo Regimento Geral da UNILAB, lembrando que o professor deve adotar um sistema de avaliação acadêmica de caráter diagnóstico baseado nos tipos de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa, conforme Resolução S/N/CONSUP de 16 de setembro de 2011.

Para obter aprovação final em cada uma das disciplinas do Curso de Bacharelado em Antropologia o estudante deverá obter Média igual ou superior a 7,0 (sete). Caso o estudante obtenha Média inferior a 7,0 (sete) e igual ou superior a 4,0 (quatro) lhe será facultado a realização de um Exame Final.

Deve-se também avaliar a disciplina e seu desempenho, objetivando detectar falhas cometidas que serão corrigidas no planejamento da disciplina, contribuindo para a melhoria da qualidade do profissional que se pretende formar.

12.3 Do Currículo

O Currículo para o Curso de Bacharelado em Antropologia foi implantado em 2014. E o seu desenvolvimento curricular se deu por meio das seguintes etapas:

- Abertura de 80 (oitenta) vagas no turno noturno;
- O aproveitamento de estudos será feito através de normas a serem elaboradas pelo Colegiado de Curso, para os estudantes de currículos anteriores que optarem pelo que está sendo implantado;
- Caberá à Coordenação de Curso de Bacharelado em Antropologia e ao Colegiado do Curso com a supervisão da Comissão Permanente de Acompanhamento e Avaliação de Currículo, acompanhar a este currículo, bem como orientar estudantes e professores sobre o mesmo;
- Criar-se-á um Fórum permanente de discussão do Curso, bem como a realização de encontros com estudantes, professores e egressos para verificação dos resultados alcançados;

- Realizar a cada ano uma avaliação formal para detectar se há necessidade de alteração em algum dos componentes do currículo.

12.3.1 Da metodologia de avaliação do currículo

- reunião periódica os professores, agrupados por disciplinas afins, com o objetivo de avaliar a dinâmica de integração curricular;
- avaliação da elaboração e execução dos planos de curso de disciplinas de acordo com o que estabelecem as ementas definidas neste currículo;
- aplicação, ao final de cada período letivo, de um questionário de avaliação do desenvolvimento de cada disciplina ofertada;
- realização de pesquisas periódicas para detectar o grau de satisfação dos egressos com a formação recebida e sua relação com o mercado de trabalho.

13. Apoio ao Discente

De acordo com Resolução nº 008 de 23 de abril de 2014, a qual institui e regulamenta o Programa de Assistência ao Estudante – PAES destinado aos estudantes dos cursos de graduação e de acordo com a política institucional de inclusão social, bem como princípios da democratização do acesso e permanência no ensino superior, reproduzimos o conteúdo elaborado pela equipe de assistência social do PAES. O referido documento descreve as políticas de assistência estudantil, bem como reflete a importância para a avaliação institucional como parte do processo de reconhecimento.

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) apoia a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior (IFES).

OBJETIVOS:

- Promover a inclusão social pela educação, minimizando os efeitos das desigualdades sociais na permanência e conclusão da educação superior e reduzindo as taxas de retenção e evasão.
- As diretrizes definidas no PAES convergem com a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) regulamentada pelo Decreto N. 7.234 de 19 de julho de 2010.
- Viabilizar a oportunidade de igualdade a todos os estudantes;

- Contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão.

Público – alvo: estudantes regularmente matriculados nos curso de graduação presencial oriundos da rede pública de educação básica e/ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Requisitos para participar do PAES: Estar regularmente matriculado em curso de graduação presencial da Unilab;

- Estar frequentando regularmente as aulas;
- Possuir renda *per capita* familiar de até um salário mínimo e meio;
- Não ter sofrido sanção disciplinar;
- Não se enquadrar nas situações previstas para o cancelamento de matrícula.

Processo de Seleção:

A seleção para ingresso no PAES é de responsabilidade da COEST/Propae, que contará com apoio de Comissão de Seleção COSAPE constituída pela Portaria GR nº368, de 18 de setembro de 2012, publicada nos termos das normas institucionais.

1. Fases do Processo Seletivo: Inscrição
2. Análise documental
3. Análise socioeconômica
4. Entrevista
5. Visita domiciliar

Critérios para a Seleção:

1. Renda *per capita* do grupo familiar;
2. Situação de moradia;
3. Localização da moradia;
4. Condição do ingresso no Ensino Médio;
5. Situações de agravo de doenças no grupo familiar;
6. Renda Instável.

OBRIGAÇÕES DOS BENEFICIÁRIOS do PAES (Art. 14 da Resolução 07/2012)

O estudante beneficiário de Auxílio(s) tem o dever de:

I – Comprovar regularmente as despesas com moradia, conforme disposto em Edital, condição essa indispensável para a garantia do repasse financeiro do Auxílio Moradia;

II – Em caso de vulnerabilidade acadêmica, entendida como desenvolvimento acadêmico inferior ao patamar satisfatório do Índice de Desenvolvimento do Estudante (IDE), vincular-se à Programas de Educação Tutoria e/ou ao atendimento do Núcleo Interdisciplinar de Acompanhamento Psicopedagógico (NIAPE), ambos sob gestão da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), conforme indicado pelas instancias competentes;

Desvinculação do PAES:

a) Encerramento da vigência do Termo de Compromisso e não renovação da concessão do Auxílio;

b) a pedido do estudante beneficiário, desde que formalizado junto à COEST/Propae; c) por trancamento, abandono ou desligamento do Curso;

d) pelo não cumprimento das condições e exigências estabelecidas na Resolução 08/2014;

e) quando o estudante beneficiário apresentar três ou mais reprovações no trimestre, três ou mais reprovações em uma mesma disciplina em trimestres letivos distintos, subsequentes ou não, e uma ou mais reprovações por falta; quando comprovada a aplicação de sanção disciplinar;

g) quando comprovada que o estudante beneficiário passou a desenvolver atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, excetuando em caso de análise rigorosa de situação de vulnerabilidade socioeconômica, em situação de excepcionalidade;

h) quando comprovada que a renda familiar per capita é superior a um salário mínimo e meio;

i) quando comprovada a omissão de informações, falta de veracidade nas informações declaradas e/ou falsa comprovação de documentos no processo de seleção e/ou acompanhamento do Programa.

Disposições Finais

Após a divulgação do resultado final da seleção para o PAES, o candidato contemplado deverá, no período indicado, dirigir-se à COEST/Propae para sua habilitação com a assinatura do Termo de Compromisso e prestação de informações sobre conta corrente bancária ativa, em nome exclusivo do contemplado, em qualquer banco, não podendo ser conta poupança,

nem conta salário.

As modalidades previstas de auxílio de acordo com o Art. 6º da Resolução 008 são: 1a) Auxílio moradia: concedido com o objetivo de garantir condições de residência nos municípios sede dos Campi da Unilab, cujo grupo familiar reside distante da sede do curso presencial onde o estudante se encontra regularmente matriculado (fora zona urbana dos municípios dos Campi), cujo acesso aos Campi seja dificultado pela ausência de transporte regular, pela distância ou por outros fatores devidamente justificados, com documentação pertinente;

2b) Auxílio Instalação: concedido com o objetivo de apoiar os estudantes beneficiários do Auxílio Moradia a proverem condições de fixação de residência nos municípios sede dos campi da Unilab, no que se refere à aquisição de mobília, eletrodomésticos, utensílios domésticos, entre outros itens especificados em edital regular ou o defluxo contínuo;

3c) Auxílio Transporte; concedido com o objetivo de complementar despesas com transporte e apoiar no deslocamento para a Unilab, assegurando-lhes as condições para acesso às atividades universitárias;

4d) Auxílio Alimentação: concedido com o objetivo de complementar despesas com alimentação;

5e) Auxílio Social: concedido com o objetivo de apoiar estudantes em situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica familiar;

6f) Auxílio Emergencial: auxílio de natureza eventual e provisória, concedido de forma excepcional em razão de situação de caráter emergencial aos estudantes cujas condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica ponham em risco sua permanência na Universidade.

Os estudantes beneficiários do Auxílio Instalação terão até 30 (trinta) dias para apresentar documentos comprobatórios referentes à aquisição de bens que viabilizem condições para fixação de residência, conforme disposto no Art. 6º da Resolução N° 08, de 23 de abril de 2014. Para fins de aquisição de que trata o Auxílio Instalação, são entendidos como bens essenciais de mobília: cama, colchão, guarda-roupa, mesa, cadeira, armário; De eletrodomésticos: geladeira e fogão; de utensílios domésticos: panelas, talheres, pratos e copos; Outros: roupa de cama, mesa e banho. Para a aquisição de bens não relacionados no item anterior deve ser solicitada autorização da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE) por meio de requerimento próprio.

Poderá haver acúmulo de Auxílios em caso de comprovada situação de extrema vulnerabilidade socioeconômica, mediante análise criteriosa da Comissão de Seleção.

2. Somente poderá haver acúmulo dos Auxílios moradia e alimentação ou dos auxílios transporte e alimentação, em caso de recursos disponíveis, análise rigorosa da Comissão de Seleção e uma vez atendidos os critérios estabelecidos;

3. Os Auxílios previstos no PAES, com exceção do Auxílio Instalação, terão vigência de doze meses (12) a contar da data da assinatura do Termo de Compromisso, resguardando o direito da Unilab de atualizar os dados sempre que necessário. Decorrido esse período, o estudante poderá realizar o pedido de renovação do Auxílio, conforme for estabelecido pela CAE/Prograd.

14. Colegiado do Curso De Antropologia

14.1 Do conceito do Colegiado de Curso

O Colegiado de Curso faz parte da estrutura da universidade, a qual é composta por órgãos superiores, intermediários e de base, com função deliberativa, executiva, de controle, fiscalização e supervisão, bem como por instâncias consultivas. No Art. 20 Parágrafo 3º do Estatuto da Unilab o Colegiado de Curso é um órgão de base com caráter deliberativo para assuntos acadêmicos, administrativos e disciplinares da administração básica setorial, em matéria de ensino; pesquisa e extensão.

14.2 Da composição de Colegiado de Curso

De acordo com o Art. 47. do Estatuto da UNILAB, o Colegiado de Curso de Graduação composto por:

- a) Coordenador;
- b) todos os docentes, em efetivo exercício, que ministrem disciplinas ofertadas pelo Curso de Graduação;
- c) servidores técnico-administrativos em educação da Coordenação do Curso, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, na proporção de até 15% (quinze por cento) do Colegiado;
- d) discentes do curso, eleitos por seus pares, com os respectivos suplentes, na proporção de até 15% (quinze por cento) do Colegiado.

Parágrafo Único. O Colegiado do Curso reunir-se-á, ordinariamente, a cada trinta dias, e extraordinariamente por convocação de seu presidente ou por decisão de dois terços de seus

membros.

14.3 Das atribuições do Colegiado de Curso

Compete ao Colegiado de Curso:

- I. deliberar sobre as atividades do Curso, de acordo com as normas estabelecidas pelo Consuni;
- II. fazer a coordenação e a supervisão didático-pedagógica do Curso com vistas ao seu constante aprimoramento e atualização;
- III. promover a avaliação do Curso, em articulação com os objetivos e critérios institucionais;
- IV. desenvolver ações integradoras entre as demais unidades responsáveis por componentes curriculares do curso, de forma a garantir os princípios e finalidade da Universidade;
- V. elaborar e aprovar o Projeto Pedagógico do Curso;
- VI. elaborar e aprovar o Plano Anual das Atividades do Curso;
- VII. aprovar bancas de defesa de monografias, dissertações e teses, quando couber;
- VIII. aprovar programas dos componentes curriculares do curso, projetos de ensino, pesquisa e extensão, submetendo-o, em seguida, ao Conselho da Unidade Acadêmica;
- IX. promover a articulação e a compatibilização das atividades e planos de trabalho acadêmicos do Curso;
- X. propor e aprovar, em primeira instância, alterações no currículo do Curso, bem como a criação e extinção de componentes curriculares;
- XI. avaliar as atividades de ensino ministradas nos componentes curriculares do Curso;
- XII. encaminhar à Direção da Unidade Acadêmica solicitação de providências que viabilizem o seu pleno funcionamento;
- XIII. planejar a oferta de componentes curriculares;
- XIV. decidir sobre procedimentos referentes aos pedidos de matrícula, trancamento, transferência ou aproveitamento de estudos;
- XV. deliberar sobre solicitações, recursos ou representações de alunos referentes à sua vida acadêmica.

§1º. Os colegiados de curso de Graduação e de Programas de Pós-Graduação constituem a primeira instância de decisão e apreciação de projetos e processos de interesse de docentes vinculados.

Cabe informar que até que se complete o processo de implantação do Curso de Bacharelado em Antropologia, compreendido como o trimestre letivo em que forem ofertadas

as disciplinas do sétimo período, o Colegiado será composto pela coordenação e professores vinculados ao Setor de Estudos Antropológicos no Campus da Liberdade, no âmbito do Instituto de Humanidades e Letras, e por representantes dos servidores técnicos administrativos e dos discentes, até o limite de 15% do Colegiado, cada um.

15. Núcleo Docente Estruturante

15.1 Descrição Conceitual e Atribuições

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Bacharelado em Antropologia como instância, autônoma e, interdisciplinar vinculada à Coordenação de Curso. Com base na Resolução nº 15/2011 da UNILAB, o NDE é responsável pela concepção, acompanhamento, avaliação e contínua atualização do projeto pedagógico curricular devendo zelar pela consolidação do perfil do egresso do curso, pela integração curricular interdisciplinar entre as várias atividades de ensino previstas no desenvolvimento do curso, incentivar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, e observar o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Parágrafo único: O NDE participará diretamente nos processos de auto avaliação e de concretização das propostas presentes no PPC. Além de assegurar que as diversas componentes curriculares previstas sejam agrupadas em áreas de afinidade, a fim de se otimizar a distribuição de carga horária de ensino e a contratação de novos docentes, com vistas a assegurar a aderência dos professores aos conteúdos e metodologias exigidos em cada componente. O NDE deve refletir, na medida do possível, essas áreas de afinidade em que o curso será estruturado, assegurando-se ainda que pelo menos quatro dos seus componentes tenham formação ou produção relevante em Antropologia.

15.2 Da Constituição do Núcleo Docente Estruturante

O Núcleo Docente Estruturante deve ser formado pelo (a) Coordenador (a) do Curso e por cinco professores pertencentes ao Corpo Docente do Curso nos termos da Resolução do CONAES Nº 1/2010.

15.3 Da Titulação e Formação dos Docentes do NDE

O NDE deve ser constituído por pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, com título de Doutor, de acordo com os critérios do INEP.

15.4 Do Regime e Trabalho dos Docentes do NDE

Todos os membros do NDE deve ter regime de trabalho em tempo parcial ou integral e, destes, pelo menos 40% em tempo integral, de acordo com critérios do INEP.

15.5 Da Indicação e Mandato

Os membros do NDE devem ser eleitos dentre os componentes do Colegiado do Curso, para mandatos de três anos. Devem ser, necessariamente, do quadro efetivo da UNILAB em regime de dedicação exclusiva, e ter titulação mínima de Doutor.

15.6 Das Reuniões

O NDE reúne-se-á ordinariamente a cada três meses e tem, entre suas atribuições, e extraordinariamente sempre que convocado pelo Coordenador do Curso.

Parágrafo único: Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos. Até que se complete o processo de implantação do Curso de Bacharelado em Antropologia, compreendido como o trimestre letivo em que forem ofertadas as disciplinas do sétimo período, será instituído um NDE provisório, responsável por elaborar o regimento interno, de acordo com as normas superiores², e por propor ao colegiado a estruturação do curso em áreas de afinidade, além de suas atribuições normais.

16. Coordenação do Curso de Antropologia

A coordenação do Curso de Antropologia segue as disposições do Estatuto da UNILAB que em seu Art. 50 define que as Coordenações de Cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação são responsáveis pelas atividades de formação acadêmica e

² UNIVERSIDADE da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Conselho Superior Pro-Tempore. Resolução nº 15/2011.

gestão administrativa, em sua esfera de responsabilidade.

§ 1º. As coordenações de cursos e programas têm a responsabilidade de gerenciar os cursos e os programas com atribuições de natureza administrativa, acadêmica, institucional e política, em consonância com as definições do Regimento Geral da UNILAB e das regulamentações específicas da Unidade Acadêmica (Instituto ou Campus).

§ 2º. As atividades de responsabilidade das coordenações de cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação serão realizadas pelo Coordenador, com base em decisão colegiada, nos termos do Regimento Geral da UNILAB e das regulamentações específicas da Unidade Acadêmica (Instituto ou Campus).

§ 3º. As Coordenações de Cursos de Graduação e de Programas de Pós-Graduação realizarão suas atividades em alinhamento estratégico e operacional com a Unidade Acadêmica, a missão, os princípios e os objetivos da UNILAB.

§ 4º. Para todos os efeitos deste Estatuto, as coordenações de cursos de graduação presenciais e à distância e de pós-graduação stricto sensu são equivalentes.

Art. 51. O Coordenador será eleito entre os membros docentes de cada Colegiado, para coordenar as atividades do Curso de Graduação ou do Programa de Pós-Graduação e do Colegiado respectivo, com mandato de dois anos, podendo ser reeleito por igual período.

§1º. Nos processos eleitorais, poderão concorrer para o cargo de Coordenador os docentes da UNILAB, com doutorado e em regime de dedicação exclusiva, que não tenham impedimento legal.

§2º. Em suas ausências e impedimentos, o Coordenador será substituído pelo docente mais antigo entre os membros do Colegiado.

A coordenação do Curso de Bacharelado em Antropologia será eleita entre seus pares para um mandato de dois anos, com uma recondução permitida. O coordenador (a) é responsável pela convocação das reuniões ordinárias e extraordinárias do Colegiado, e por sua condução, além de ser por definição o presidente do Núcleo Docente Estruturante do curso, e membro nato do Conselho do Instituto de Humanidades e Letras. E, terá, sempre que viável, titulação mínima de Doutor, e experiência de ensino superior, educação profissional e gestão acadêmica de pelo menos cinco anos.

O regime de trabalho do Coordenador na condução do curso será de, pelo menos, 20 horas semanais. Dentro dessa carga horária, o Coordenador (a) realizará o atendimento aos discentes nas dependências da Coordenação de Curso com horário agendado previamente por meio do e-mail institucional ou na secretaria do Coordenação de Cursos.

17. Infraestrutura

Consideramos ainda que o curso reúne as condições necessárias para sua oferta diante da infraestrutura prevista no Plano Diretor (MASTERPLAN) do Campus das Auras e os recursos humanos também previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional no tocante à contratação de docentes e técnicos administrativos. Assim, de acordo com o Plano Diretor estão previstos até 2015 a implantação de 28 (vinte e oito) cursos distribuídos por cinco institutos, dentre estes o Curso de Antropologia.

Para cada curso haverá uma Unidade de diretório acadêmico com o intuito de atender à prática político estudantil e um diretório acadêmico específico. Cada diretório acadêmico terá: Área de Estar Descoberta, Sala de Estar, Sala de Reuniões, Sala de Documentos, Almoxarifado, Sanitário Masculino / Feminino e Copa / Cozinha de pequeno porte. Já a Unidade Acadêmica abrigará 50 salas de aula para 70 alunos e 20 salas de aula para 50 alunos, além dos setores de Coordenação dos Cursos (Graduação e Pós Graduação), Gabinetes dos Professores, Laboratórios das Atividades Curriculares e Área para Educação à Distância. Um dos Laboratórios previstos é o Laboratório Multidisciplinar, o qual deverá contemplar os cursos das Humanidades.

Para a atual biblioteca, já foi encaminhado o ementário do Curso de Antropologia para que os bibliotecários procedam o balanço das obras existentes e aquelas a serem adquiridas.

O corpo docente conta atualmente com 09 (nove docentes) e será ampliado de acordo com a demanda e orientação institucional o que contempla os critérios de qualidade máxima do INEP na proporção 20/1 (20 docentes para 1 docente), já que são ofertadas anualmente 80 vagas. Ainda em termos de recursos humanos o curso de antropologia conta 04 (quatro) assistentes administrativos e 02 (dois) auxiliares de apoio à gestão.

18. Acessibilidade

Sobre o tema da acessibilidade tem-se que esta dentro do Campus permitirá o acesso e circulação de veículos motorizados, como ônibus e carros, além de bicicletas e pedestres, de acordo com o Decreto Nº 5.296/2004. Além disso, espera-se que seja contemplado o acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida. Neste sentido a universidade conta com o SEACE – Setor de Acessibilidade, o qual é responsável por elaborar, executar e gerenciar ações e pesquisas realizadas na área de acessibilidade desta Universidade. O

SEACE visa a garantir o acesso e inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e informacionais, além de promover o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade, sendo composto por uma enfermeira e três intérpretes em Libras.

Entre os órgãos suplementares cabe destacar a biblioteca universitária, a qual possuirá hall de entrada / Exposições, hall de Acesso / Estar, Sanitário Masculino, Sanitário Feminino, Sanitário para Portador de Necessidades Especiais, Guarda Volumes, Empréstimo / Devolução, Estar, Acervo de Livros, Acervo de Periódicos, Acesso de Multimídia, Leitura Individual, Leitura em Grupo, Salas de Leitura Individual, Salas de Trabalho em Grupo, Sala de Vídeo, Obras Raras, Reprografia, Sala de Tombamento / Classificação / Recuperação, Hall Interno, Espera da Direção, Apoio Administrativo Direção, Sala da Direção, Copa e Depósito de Material de Limpeza.

19. Regulamento do Trabalho de Conclusão

TÍTULO I

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Este Regulamento tem por finalidade estabelecer normas para o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Parágrafo único - O TCC é requisito indispensável à integralização curricular.

Art. 2º – O TCC, atividade curricular integrante dos currículos do Curso de Bacharelado em Antropologia, é obrigatório. As disciplinas TCC I e TCC II têm por objetivo proporcionar ao estudante experiência teórico-metodológica necessária à formação acadêmica.

Art. 3º – O TCC será elaborado individualmente com base na matriz teórica e metodológica da antropologia e os princípios éticos e de relevância social e científica. § 1º O TCC terá como modalidade de produção textual a monografia.

§ 2º As produções textuais deverão seguir as normas de escrita acadêmicas estabelecidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 3º O TCC deverá obedecer às normas éticas da pesquisa científica, sendo o orientando e o orientador responsáveis pelo cumprimento desta norma. Quando necessário, após validação

do projeto de pesquisa pelo orientador, o estudante deverá buscar as condições para sua execução, seja pela autorização do comitê de ética, ou por termo de consentimento livre das instituições ou sujeitos envolvidos na pesquisa.

§ Art. 4º – Só poderá matricular-se na disciplina TCC II o estudante concludente do Curso de Bacharelado em Antropologia.

Art. 5º – Cada orientador deverá ter, em cada período letivo, até 3 (três) trabalhos orientados. Somente em casos especiais, e conforme Projeto Político Pedagógico do curso, poderá exceder este número, desde que seja imprescindível e não comprometa a qualidade do trabalho, sob aprovação do colegiado de curso.

TÍTULO II
SEÇÃO I
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º – As disciplinas TCC I e TCC II compreenderão atividades de Orientação, Acompanhamento e Avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso.

TÍTULO II
SEÇÃO II
DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO TCC

Art. 7º – A estrutura funcional do TCC compreende:

- I- Colegiado de curso;
- II- Coordenador de curso;
- III- Professor-Coordenador da disciplina de TCC;
- IV- Professor orientador.

TÍTULO II
SEÇÃO III
DAS ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DE CURSO

Art. 8º - Ao Colegiado do Curso de Bacharelado em Antropologia compete:

- I. Publicar, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, o local, o horário e a data de entrega do TCC pelo estudante;
- II. Providenciar encaminhamento à Biblioteca Central de cópia do TCC aprovado, segundo as normas estabelecidas neste documento;
- III. Manter banco de dados atualizado dos Trabalhos de Conclusão de Curso aprovados, bem como *linhas de pesquisa* dos professores orientadores;
- IV. Colaborar, sempre que necessário, com o Professor Orientador, no que diz respeito aos contatos com instituições públicas, privadas e de terceiro setor a fim de viabilizar o acesso ao material de referência para a pesquisa, durante a elaboração do TCC pelo estudante.

TÍTULO II

SEÇÃO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR COORDENADOR DAS DISCIPLINAS TCCs

Art. 9º – São atribuições do Professor – Coordenador do TCC:

- I- Coordenar o processo da composição das bancas examinadoras e definir o cronograma de apresentação do TCC;
- II- Orientar os estudantes sobre a sistemática normativa do TCC;
- III- Executar e/ou supervisionar as decisões administrativas e medidas necessárias ao efetivo cumprimento deste Regulamento e das deliberações do Colegiado de Curso; IV- Sugerir à Coordenação do Curso medidas que visem ao aprimoramento das atividades do TCC;
- V- Auxiliar a Coordenação do Curso nas reuniões com os Professores-orientadores com vista à melhoria do processo do TCC.

TÍTULO II

SEÇÃO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO PROFESSOR ORIENTADOR DO TCC

Art. 10º – Ao Professor Orientador compete:

- I- Frequentar as reuniões pertinentes ao TCC; II- Orientar a elaboração do TCC em encontros periódicos, previamente agendados com o orientando;
- III- Ler e acompanhar as versões preliminares e sugerir ao estudante refazer ou completar os itens que se fizerem necessários;

- IV- Participar de bancas de apresentação de TCC para as quais estiver designado(a); V- Entregar ao Coordenador de TCC após a realização de cada banca examinadora todas as fichas de avaliação e a Ata assinada pelos membros da banca;
- VI- Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes ao TCC.

Art. 11º – Os Professores Orientadores serão, obrigatoriamente, do quadro docente do Instituto de Humanidades e Letras da UNILAB.

TÍTULO II

SEÇÃO VI

DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTUDANTE DE TCC

- Art. 11º – São atribuições do estudante em fase de conclusão de TCC: I- Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso ou pelo seu orientador e/ou co-orientador (se houver) nos horários pré-estabelecidos;
- II- Manter contatos, no mínimo mensais, com Professor Orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;
- III- Cumprir os prazos estabelecidos pelo Coordenador de Curso ou Coordenador do TCC, para entrega de projetos, relatórios parciais e a versão final do TCC;
- IV- Elaborar o projeto de pesquisa e a versão final do TCC de acordo com orientações do Orientador e as normas do regulamento previsto no Projeto Pedagógico do curso; V- Submeter o TCC à avaliação prévia do Professor Orientador, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes do final do período letivo visando obter deste as devidas correções e/ou sugestões;

TÍTULO II

SEÇÃO VII

DA ORIENTAÇÃO DO TCC

Art. 12º – Condução da orientação do TCC

§1º. É facultada a colaboração de professor co-orientador do TCC, interno ou externo ao Curso de Humanidades, desde que indicado pelo orientador da monografia, membro do corpo docente do Curso;

§2º. Cabe ao Professor Orientador de TCC acompanhar os procedimentos da pesquisa até a

redação final da monografia e garantir o caráter público da defesa do trabalho, sempre averiguando a obediência às regras éticas da pesquisa e normas da escrita acadêmica.

Art. 13º – O estudante de Bacharelado terá um orientador, escolhido entre os docentes do Curso de Antropologia, que constará de uma relação organizada anualmente pela Coordenação de Curso, sendo ouvidas as preferências do estudante.

§1º – O orientador indicado deverá manifestar prévia e formalmente a sua concordância.

§2º – De acordo com a natureza do trabalho, poderá ser designado um co-orientador para o mesmo estudante. O prazo máximo para designação e registro de co-orientação será de 3 (três) meses contados a partir do ingresso do estudante na disciplina TCC I.

§3º – O co-orientador é definido como sendo aquele docente ou pesquisador, com título de mestre ou doutor ou equivalente, chamado a contribuir com competência complementar àquela do orientador, considerada necessária à realização do projeto acadêmico do estudante.

§4º – O professor orientador ou co-orientador poderá declinar da orientação de um estudante em prazo limite de 30 dias antes da defesa, o que deverá ser feito através de justificativa escrita ao Coordenador do Curso.

§5º – Ao estudante é concedido o direito de pleitear mudança de orientador, mediante requerimento justificado, dirigido ao Coordenador, cabendo ao Colegiado do Bacharelado em Humanidades o julgamento do pedido.

TÍTULO III

SEÇÃO I

DA AVALIAÇÃO

Art. 14º - Da defesa do TCC

§1º. A defesa do TCC, que será pública, deverá ocorrer até o último dia do período letivo em que se matriculou o estudante, conforme calendário da UNILAB;

§2º. O estudante deverá entregar à Coordenação do Curso, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias anteriores à data prevista para a defesa, carta do professor orientador asseverando que o trabalho será submetido à banca examinadora, com indicação de data e horário da defesa e dos nomes dos membros que comporão a comissão examinadora;

§3º. Caberá ao estudante a distribuição da cópia final do trabalho à banca examinadora;

§4.º Caberá à Coordenação providenciar o local para a defesa, em conformidade com a data e o horário estipulados em carta prévia do orientador, a ata da defesa e a declaração de

participação dos membros da banca no exame de qualificação do estudante;

§5º. Na defesa do trabalho, o estudante terá um tempo máximo de 20 (vinte) minutos para apresentar seu trabalho, ao que se seguirá arguição pela banca examinadora, que definirá de comum acordo os procedimentos adotados. Art. 15º - Da banca examinadora do TCC

§1º. A banca será composta dos seguintes membros:

I- professor-orientador (presidente);

Dois professores examinadores, um deles, obrigatoriamente, membro do corpo docente do Curso de Antropologia, podendo o segundo examinador ser um membro do Instituto de Humanidades e Letras, membro externo ao Instituto ou o co-orientador, quando houver;

II- a composição da banca examinadora indicará um professor suplente, pertencente ao corpo docente do Instituto de Humanidades e Letras;

§2º. Caberá ao orientador formalizar o convite aos membros da banca examinadora;

§3º. É da responsabilidade da Comissão Examinadora averiguar a obediência às regras éticas da pesquisa, cabendo comunicar por escrito à Coordenação qualquer deslize verificado;

Art. 16º - Membros da banca examinadora devem atribuir nota de avaliação, de zero a dez, ao Trabalho de Conclusão de Curso, levando-se em consideração: I- Os aspectos relativos ao conteúdo, considerando a profundidade da pesquisa;

II- Seu aspecto redacional, considerando a linguagem, coerência e coesão textual;

III- A capacidade de análise e síntese;

IV- A relevância significativa e científica do tema; VI- A apresentação do estudante, nos aspectos de clareza, fluência e coerência com o trabalho escrito.

§1º - Se no dia da apresentação do TCC, a Banca Examinadora considerar que o trabalho necessita de melhorias, poderá sugerir que o estudante o reapresente no prazo de 15 dias.

Art. 17º – Até 15 dias, após apresentação, o estudante deverá realizar as correções sugeridas pela Banca examinadora e entregar um exemplar do TCC à Coordenação do curso, acompanhada de uma cópia em formato digital, sendo esta, uma exigência para a diplomação do estudante.

Art. 18º - O estudante que não entregar o TCC ao Professor-orientador, no prazo por ele estabelecido, ou não comparecer para sua defesa oral na data marcada, está reprovado na disciplina relativa à orientação de TCC. Art. 19º- Da avaliação e atribuição de notas

§1º. Para efeitos de avaliação e atribuição de nota, a banca examinadora deverá levar em consideração, quando da apreciação do trabalho, a qualidade acadêmica, o domínio apropriado da língua portuguesa, a inserção do trabalho em tema ou linha de pesquisa das

Humanidades e a correta adequação entre referencial teórico-metodológico e a pesquisa empreendida pelo estudante;

§2º. Cada membro da banca deverá atribuir nota individual e nominal, que constará da ata da defesa e da folha de rosto de monografia;

§3º. A nota do TCC será resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca, variando de 0 (zero) a 10,0 (dez), sendo o 10,0 (dez) reservado aos trabalhos de excelência;

§4º. Será considerado aprovado e apto à colação de grau o estudante que obtiver média igual ou superior a 7,0 (sete);

§5º. Será considerado reprovado na disciplina de TCC o estudante que obtiver média inferior a 7,0 (sete) na defesa da monografia;

§6º. Toda e qualquer verificação comprovada de plágio implica em reprovação automática do estudante, cabendo ao presidente da comissão examinadora do trabalho, quando verificado o delito, apresentar relatório circunstanciado, assinado por todos os membros da banca, à Coordenação do Curso que tomará as providências cabíveis conforme legislação vigente;

§7º. É responsabilidade do professor orientador (presidente da comissão examinadora) preencher a ata da defesa e entregá-la à Coordenação do Curso, indicando a nota atribuída individualmente pelos membros da Banca, a média final do estudante e fazendo constar a assinatura dos professores membros da comissão e do estudante autor da monografia.

TÍTULO IV

SEÇÃO I

DO DEPÓSITO DO TCC

Art. 20º– São norma para o depósito do TCC

§1º. Defendida e aprovada a monografia, o estudante deverá depositar duas cópias impressas e uma cópia em formato eletrônico do TCC na Coordenação do Curso.

I. O depósito deverá ocorrer até o último dia previsto no calendário da UNILAB para a realização dos exames finais do trimestre letivo em pauta;

II. As cópias impressas devem vir adequadamente assinadas pela Banca Examinadora;

§2º. Não se aceitará, em nenhuma hipótese, o depósito do TCC sem a documentação referida, incluída a ata da defesa.

Art. 21º - Qualquer documento relacionado à conclusão do Curso e à aprovação do TCC só

poderá ser expedido pela Coordenação do Curso de Bacharelado em Antropologia, incluída a ata da defesa (preenchida pelo orientador) e a declaração de participação dos professores membros da Banca examinadora, com carimbo e assinatura do Coordenador do Curso.

Art. 22º - Em nenhuma hipótese será autorizado o ‘aproveitamento’ de créditos tendo em vista a dispensa da disciplina “TCC”.

TÍTULO V

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23º – Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado dos Cursos de Bacharelado em Antropologia, ouvidos o Professor Coordenador da disciplina TCC, o Professor Orientador e o Orientando.

Art. 24º – Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

20. Referências Bibliográficas

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Território Cidadania Maciço do Baturité – MDA/SDT/CONSAD Fortaleza: Instituto Agropolos do Ceará, 2010.

Ceará. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Disponível em: http://www2.seplag.ce.gov.br/content/aplicacao/SEAD/upload/PPA_2008_2011/PERFIL%20REGIONAL/Perfil%20Regional%20Baturite.doc. Acesso em: 20 de julho de 2016.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. 2 Ed. Brasília, Paralelo 15; São Paulo Editora UNESP, 2000.

CEARÁ. Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará (SEPLAG, 2011).

TAVARES, Fátima. GUEDES, S.L.; CARDOSO, C. (Eds.). *Experiências de Ensino e Prática em Antropologia no Brasil*. Brasília, DF, Ícone Gráfica e Editora, 2010.

21. Referências Normativas

Decreto Nº 5.296/2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 25 de Julho de 2016.

Decreto N. 7.234 de 19 de julho de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em 25 de Julho de 2016.

Diretrizes Gerais da UNILAB. https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Diretrizes+Gerais+UNILAB+.

Acesso em: 02/10/2014.

Estatuto da UNILAB. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/11/Estatuto-Unilab_aprovado-no-Consuni_Nilma-Lino-Gomes.pdf.

Acesso em: 02/10/2014.

Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da UNILAB. Disponível em: http://pdi.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2013/08/PDI-PRELIMINAR_Vs_21.pdf. Acesso em: 02/10/2014.

LEI Nº 12.289, DE 20 DE JULHO DE 2010. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12289.htm. Acesso em 25 de Julho de 2016.

LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

Parecer CNE/CES nº 492, de 3 de abril de 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em 25 de Julho de 2016.

Parecer CNE/CES nº. 136, de 4 de junho de 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0136.pdf>

Plano Diretor (*MASTERPLAN*) UNILAB. Conceitos e Proposições Orientadoras para o Desenvolvimento Projetual. Novembro/2012.

Portaria SESu/MEC Nº 383, de Abril de 2010. Disponível em: http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasil.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

Portaria GR nº368, de 18 de setembro de 2012.

Projeto de Lei Nº3.891/08. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=C4D5DD8464BE9D0D68DAC2AFF8B79BD1.proposicoesWeb2?codteor=711269&filename=Tramitacao-PL+3891/2008. Acesso em: 25 de agosto de 2016. RESOLUÇÃO CNE/CES 17, DE 13 DE MARÇO DE 2002.

Resolução CNE/CES de 17 de março de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES172002.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

Resolução CES nº 2, 18 junho de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

Resolução 15/2011 da UNILAB. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/RES-N%C2%BA-15-2011-Cria%C3%A7%C3%A3o-do-N%C3%BAcleo-Docente-Estuturante-em-Pesquisa-da-Unilab.pdf>. Acesso em: 02/10/2014.

Resolução 22/2011 do CONSUNI da UNILAB. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/RES-N%C2%BA-22-2011-Disp%C3%B5e-sobre-a-ado%C3%A7%C3%A3o-do-Enem-e-do-SISU.pdf>. Acesso em: 25

de agosto de 2016.

Resolução 024/2011 da UNILAB. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/RES-N%C2%BA-24-2011-Disp%C3%B5e-sobre-Normas-Gerais-para-as-Atividades-Complementares-dos-cursos-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o..pdf>.

Acesso em: 25 de agosto de 2016. Resolução S/N/CONSUP de 16 de setembro de 2011.

Resolução N° 026-I/2013 de 21 de Novembro de 2013 da UNILAB. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2012/09/RESOLU%C3%87%C3%83O-n%C2%B0-026-A-2013-Aprova-PPC-Medicina-Campus-da-Liberdade.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

Resolução n° 008 de 23 de abril de 2014. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2014/02/RESOLU%C3%87%C3%83O-N%C2%BA-008-Alltera-Ad-Referendum-a-RESOLU%C3%87%C3%83O-n%C2%BA-007_2012.pdf. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

Resolução N° 20/2015, de 09 de Novembro de 2015. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/Resoluc%C3%A3o-n%C2%BA-20-2015-Altera-a-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-24-2011-que-disp%C3%B5e-sobre-normas-gerais-para-as-Atividades-Complementares.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

Resolução N° 14/2016/CONSUNI, de 22 de Julho de 2016. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-14-2016-Estabelece-as-normas-gerais-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-dos-Trabalhos-de-Conclus%C3%A3o-de-Curso-para-gradua%C3%A7%C3%A3o-da-UNILAB.pdf>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.